



ANEXO V DA DELIBERAÇÃO TCE - RJ Nº 277 DE 2017

Item 19

Lei de Criação/Autorização, Estatuto e demais Normas Regulamentadoras e posteriores alterações havidas no exercício ou declaração expressa de sua não ocorrência.

ITcan
(19)




CLIN
Companhia Municipal de Limpeza
Urbana de Niterói

DECLARAÇÃO

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI-CLIN, Sociedade de Economia Mista, com sede na Rua Indígena nº 72, São Lourenço, Centro, Niterói, CEP.: 24060-037, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.893.999/0001-20, por seu Diretor Presidente, que esta subscreve, **DECLRO**, para fins de prova junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que não houve alteração estatutária durante o exercício de 2017,.

Niterói, 24 de janeiro de 2018.


LUIZ CARLOS FRÓES GARCIA
Diretor Presidente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

PUBLICADO

30 de Junho de 1989
Bucley

LEI N.º 744

DE 29 DE

JUNHO

DE 19

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO
E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a constituir a Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói-CLIN, sob a forma de Sociedade por Ações de economia mista, vinculada à Governadoria Municipal, com sede nesta Cidade, e que terá por finalidade a administração, prestação e melhoria dos serviços públicos de limpeza urbana do Município de Niterói, direta - mente ou através da contratação de terceiros, compreendendo além ' de outras atribuições que venham a ser fixadas pelas autoridades municipais as seguintes:

- I - a limpeza de logradouros públicos;
- II - a coleta de lixo residencial, comercial, industrial e hospitalar;
- III - o destino final dos resíduos sólidos, a industrialização do lixo e venda de todo o material dele recuperado;
- IV - a instituição, a cobrança e a arrecadação de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais de limpeza ou de remoção do lixo.

§ 1º - A CLIN caberá cumprir e fazer cumprir as normas legais sobre a limpeza pública e a aplicação, diretamente ou mediante convênio com a administração direta, de penalidades por infrações a essas normas.

§ 2º - O Município de Niterói deterá o controle do capital votante da Sociedade a que se refere este artigo e, através de seus representantes, fará observar, nos atos constitutivos da Companhia, os preceitos constitucionais e legais aplicáveis.

§ 3º - A CLIN, assim como as operações que realizar, gozarão de total isenção tributária municipal.

Handwritten signature



-Fls.02-

PUBLICADO

30 de Junho 1982
J. Buckley

Art. 2º - A participação do Município de Niterói na constituição do capital da CLIN será integralizada mediante:

- a) - a avaliação e subsequente incorporação dos bens vinculados à prestação do serviço objeto da Sociedade;
- b) - a transferência, para a Sociedade, dos saldos de dotações orçamentárias, ou de fundos de qualquer natureza, especificamente vinculados ao serviço;
- c) - dotações ou créditos que, com esse objetivo, vierem a ser autorizados por lei.

Art. 3º - A partir da data de constituição da CLIN ficará extinto o Departamento de Limpeza Urbana, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

§ 1º - Simultaneamente com a constituição da CLIN ficarão extintos todos os cargos comissionados (DAS) e gratificações (DAI) que compõem a estrutura do Departamento de Limpeza Urbana.

§ 2º - A posse, guarda e administração de bens imóveis e móveis vinculados aos serviços públicos de limpeza de logradouros e coleta e disposição final do lixo residencial, comercial, industrial e hospitalar e que são atualmente utilizados pelo Departamento de Limpeza Urbana, ficam deferidas à CLIN enquanto não se efetivar a avaliação e subsequente, gradativa e efetiva incorporação ao seu capital social dos referidos bens.

Art. 4º - Além do seu quadro de pessoal, que ficará sujeito à legislação trabalhista, a CLIN poderá utilizar servidores públicos, postos à sua disposição.

§ 1º - Os servidores referidos neste artigo, quando do Município, considerar-se-ão em efetivo exercício para todos os efeitos.

§ 2º - Para o preenchimento dos empregos constantes do quadro de pessoal da empresa, admitir-se-á a opção dos atuais empregados da Administração Direta com função específica na área da limpeza urbana, desde que exerçam essa opção no prazo a ser estabelecido em regulamento.

§ 3º - Para os efeitos do parágrafo anterior, o Prefeito Municipal estabelecerá, por Decreto, as normas e condições relativas ao ingresso do pessoal optante.

[Handwritten signature]



PUBLICADO

-Fls. 03-

30 de Junho de 1989
Buckley

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 29 DE JUNHO DE 1989.

Jorge Roberto Silveira
JORGE ROBERTO SILVEIRA
PREFEITO

Hamilton Pitanga
HAMILTON PITANGA
R/P/SEC.MUN.DE GOVERNO

Edir Inácio da Silva
EDIR INÁCIO DA SILVA
SEC.MUN.DE ADMINISTRAÇÃO

Satie Mizubuti
SATIE MIZUBUTI
SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO

Anibal Francisco de A. Bragança
ANIBAL FRANCISCO DE A. BRAGANÇA
SEC.MUN.DE CULTURA

Pedro A. de Siqueira Filho
PEDRO A. DE SIQUEIRA FILHO
SEC.MUN.DE TURISMO, ESP. E LAZER

Gilson Cantarino O'Dwyer
GILSON CANTARINO O'DWYER
SEC.MUN.DE SAÚDE

Paulo do Couto Freil Junior
PAULO DO COUTO FREIL JUNIOR
SEC.MUN.DE OBRAS E SERV.PÚBLICOS

João Carlos de A. Sampaio
JOÃO CARLOS DE A. SAMPAIO
SEC.MUN.DE URB. E MEIO AMBIENTE

Edgar Foly
EDGAR FOLY
SEC.MUN.DE TRAB. E BEM ESTAR SOCIAL

Carlos Antonio Sasse
CARLOS ANTONIO SASSE
SEC.MUN.DE FAZENDA

Michel Salim Saad
MICHEL SALIM SAAD
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

REF. PROC. 10/1696/89

MENS.EXEC. 11/89

PROJ. 127/89.

mgm. /

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIÃO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275 Avenida Amarel Peixoto, 450 - 207/208 - Tel. 719-1146

FOLHAS N.º 002

ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA /
COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPE-
ZA URBANA DE NITERÓI - CLIN,
na forma abaixo:--.--.--.--

S A I B A M quantos esta pública escritura virem, que nos vinte e sete (27) dias do mês de NOVENO do ano do NASCIMENTO de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e oitenta e nove (1909), nesta cidade de Niterói, Município do Estado do Rio de Janeiro, neste cartório do 15.º Ofício, na Avenida Amarel Peixoto, nº 450 salas 207/8, centro, perante mim, NEY MENDES VIDINHA, Tabelião que levarei a presente à distribuição, compareceram as partes entre si justas e contratadas, como outorgantes reciprocamente outorgados, a saber: 1) MUNICIPIO DE NITERÓI, pessoa jurídica do Direito Público Interno, nesta ato representado por seu Prefeito Municipal, dr. JORGE ROBERTO SILVEIRA; 2) JORGE ROBERTO SILVEIRA, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado nesta cidade à rua Justina Bulhões, nº 58 aptº 1504, portador da carteira de identidade nº 1.039.523 do IPF e do CPF.MF. sob o nº 250.814.117-87; 3) LUIZ EDUARDO TRAVASSOS DO CARMO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade à rua Tiradentes, nº 206 aptº 302, portador da carteira de identidade nº 1609-D do CREA RJ e do CPF.MF. sob o nº 350.661.137-20; 4) CARLOS ANTONIO SACSE, brasileiro, desquitado, economista, residente e domiciliado nesta cidade à rua Guarania, nº 23, portador da carteira de identidade / nº 3860 do CRE/RJ e do CPF.MF. sob o nº 047.833.207-49; 5) PALMER ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade à rua Lizandro Pereira da Silva, nº 53, portador da carteira de identidade nº 971 da OAB/RJ e do CPF.MF. sob o nº 013.846.277-15; 6) MICHEL SALIM SAAD, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade à rua Juiz Coullart, nº 10, portador da carteira de identidade nº 254.066 do IPF e do CPF.MF. sob o nº 014.028.547-49; 7) FERNANDO AUGUSTO PARAGUASSÉ DE SÁ, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Avenida Alexandre Ferreira, nº 474 aptº 102, Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 60.583 do CREA/RJ e do CPF.MF. sob o nº 020.757.577-15; 8) JOSÉ PAULO PINTO TEIXEIRA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade à rua Tiradentes, nº 206 aptº 302, portador da carteira de identidade nº 1609-D do CREA RJ e do CPF.MF. sob o nº 350.661.137-20.

casado, engenheiro, residente e domiciliado à Praia do Flamengo, nº 122 aptº 302, Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 1.268.211 do ITP e do CPF/ME. sob o nº 011.173.197-60; e, 9) SÉRGIO AUGUSTO DA COSTA LOBATO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à Praça Eugênio Jardim, nº 10 aptº 701, Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 1.515.794 do ITP e do CPF/ME. sob o nº 025.361.377-91; os presentes foram reconhecidos / como os próprios, pelos documentos de identidade apresentados, que ficam arquivados nestas notas, por cópia xerox. E, perante mim, Tabelião, pelos outorgantes reciprocamente outorgados, em conjunto, no foi dito: I - que representam a totalidade dos subscritores das ações em que se divide o Capital Social da Sociedade de Economia Mista, a ser denominada COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI - CLIN, a qual pretende constituir como Companhia fechada e através de subscrição particular neste ato; II - que na forma / das disposições da Lei Municipal nº 744 de 29 de junho de 1989, publicada no jornal O FLEMINENSE, de 30 de junho de 1989, o Município de Niterói foi autorizado a subscrever sua participação acionária / no Capital Social da Sociedade, mediante incorporação de bens móveis e imóveis de sua propriedade, vinculados ao Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, / dos quais na sua totalidade e na forma do Processo de Avaliação nº 10/2826/89, o Município de Niterói atribui o valor de R\$ 7.343.830,00 (sete milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta cruzados novos), para os efeitos do artigo 8º da / Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; III - que os demais outorgantes e reciprocamente outorgados, neste ato, subscrevem ações no importe de R\$ 100,00 (cem cruzados novos), cada um, já / sendo integralizado 10% (dez por cento) do seu valor, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e o saldo integralizado neste ato; / IV - que, para os fins legais de avaliação dos bens de propriedade do Município de Niterói, antes referidos a serem incorporados ao Capital Social da futura Sociedade, indicam os peritos a seguir nomeados: 1) LUIZ ANTONIO GARZON CAPARICA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade à rua Santos Pereira, nº 71 casa 05, portador da carteira de identidade nº 79-1-04127-2-D no

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIÃO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275

Avenida Amarel Peixoto, 450 - 207/208 - Tel. 719-1146

FOLHAS N.º

003

de identidade nº 692.590 do IPF e do CPF/MF. sob o nº 175.296.127-15, residente e domiciliado nesta cidade à rua Miguel Couto, nº 275 aptº 601; 3) WANILDO BURKHARDT CAMACHO, brasileiro, desquitado, / economista, portador da carteira de identidade nº 464.217 do IPF e do CPF/MF. sob o nº 235.309.577-04, residente e domiciliado nesta / cidade à rua Airoza Galvão, nº 152; V - que, presentes os peritos nomeados no ítem anterior, estes aceitaram o encargo e se declararam em condições para apresentarem seu trabalho, e, através do / Laudo de Avaliação cujo teor vai a seguir transcrito, e que incorpora o Processo de Avaliação nº 10/2826/89, apresentado pelo Município de Niterói, concordando com os valores e critérios adotados naquele processo: LAUDO DE AVALIAÇÃO - Esta comissão constituída pelos engenheiros ROGERIO CELSO NAZGUH JURI, LUIZ ANTONIO GARZON CAPARICA e o Economista WANILDO BURKHARDT CAMACHO, nomeados pelos acionistas fundadores da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIM, na Assembleia Geral de Constituição da Sociedade, peritos avaliadores que este subscreve, após análise detalhada do processo de avaliação nº 10/2826/89 apresentado pelo Município de Niterói, concordam com os valores e critérios adotados, da seguinte forma: 1 - Imóvel constituído por terreno e benfeitorias situado na / Av. Presidente Roosevelt, nº 02 São Francisco, medindo o terreno / 24,00m de frente para a Av. Presidente Roosevelt, 19,50m de fundos, 42,40m pelo lado direito em 3 (tres) segmentos retos e 41,30m pelo lado esquerdo, adquirido conforme escritura de aditamento a uma outra doação lavrada no cartório do 4º Ofício, livro 201, fls. 31v 1.1 - Avaliação do terreno - Com área de 702,00m² e considerando / pelo método Harper-Derryni o valor de R\$230.218,69 (trinta mil, duzentos e dezoito cruzados novos e sessenta e nove centavos) por metro linear do testado no logradouro, a testada de 24,00m e a profundidade padrão de 25,00m, avaliaram o terreno em R\$2925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil cruzados novos). 1.2 - Avaliação das benfeitorias - com área construída de 97,00m² e adotando o valor de R\$3464,00 (quatrocentos e sessenta e quatro cruzados novos)/1.2 avaliaram as benfeitorias em R\$45.300,00 (quarenta e cinco mil cruzados novos). 1.3 - A avaliação do imóvel considerando os valores / de avaliação do terreno e benfeitorias, avaliaram o imóvel em R\$2.970.000,00 (novecentos e setenta mil cruzados novos). 2 - Imóvel constituído pela área do terreno aqui pela por "A-2", situado no

no bairro da Atalaia, Morro do Céu (Corrujo), com 59.744,00m2 de área de terreno, com 122,00m de frente para terra da Imobiliária / Santa Edwige Ltda., 196,00m de fundos com Francisco Carlos ou sucessores, 351,00m pelo lado direito com Adolino Carlos de Oliveira Castilho e sucessores, 327,50m pelo lado esquerdo com Geraldo Jansen da Miranda, conforme escritura pública de desapropriação lavrada no cartório do 11º Ofício, livro 109, folhas 111v a 113. 2.1 - Avaliação do terreno - Na sua avaliação será considerado o seu "valor / de Uso", ou seja a sua importância econômica para o seu destino (va- zado de lixo); estimamos o valor do m2 do terreno em aproximada- mente R\$8,00 (oito cruzados novos). Avaliamos o terreno em R\$3.. 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzados novos). 3 - Máqui- nas, Veículos e equipamentos: 1 - Caminhão coletor compactador MB, placa AS 0117, nº CD-03 = R\$3207.945,00. 2 - Caminhão coletor com- pactador MB, placa AS 0116, nº CD-04 = R\$3207.945,00. 3 - Caminhão coletor compactador MB, placa AS 0114, nº CD-05 = R\$3155.960,00. 4 - Caminhão coletor compactador MB, placa AS 0112, nº CD-06 = R\$3207. 945,00. 5 - Caminhão coletor compactador MB, placa AS 0096, nº CD- 08 = R\$3207.945,00. 6 - Caminhão coletor compactador MB, placa AS 0111, nº CD-09 = R\$3181.950,00. 7 - Caminhão coletor compactador / MB, placa AS 0134, nº CD-14 = R\$3207.945,00. 8 - Caminhão coletor / compactador MB, placa AS 0123, nº CD-04 = R\$3155.960,00. 9 - Cami- nhão poli-guindaste MB, placa AS 0094, nº CD-03 = R\$3181.200,00. 10 - Caminhão coletor compactador MB, placa AS 0095, nº CD-07 = R\$3... 129.965,00. 11 - Caminhão coletor compactador MB, placa AS 0124, nº CD-10 = R\$3129.965,00. 12 - Caminhão basculante VW, placa AS 2427 nº 84 = R\$3211.385,00. 13 - Caminhão basculante VW, placa AS 2450 nº 88 = R\$3211.385,00. 14 - Caminhão basculante VW, placa AS 2431 nº 90 = R\$3211.385,00. 15 - Caminhão basculante VW, placa AS 2433 nº 95 = R\$3211.385,00. 16 - Caminhão basculante VW, placa AS 2436 nº 99 = R\$3281.850,00. 17 - Caminhão (só chassis) MB, placa AR 99 96, nº 62 = R\$359.180,00. 18 - Caminhão poli-guindaste MB, placa / AR 9975, nº 57 = R\$3160.740,00. 19 - Caminhão poli-guindaste MB, placa AR 7403, nº 56 = R\$3198.175,00. 20 - Caminhão poli-guindas- te MB, placa AS 0087, nº 107 = R\$3160.740,00. 21 - Caminhão poli- guindaste MB, placa AR 9994, nº 68 = R\$387.530,00. 22 - Caminhão poli-guindaste MB, placa AS 0056, nº 50 = R\$372.040,00.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA

TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO

FRANCISCO FERREIRA NETTO

TABELIÃO SUBSTITUTO

Avenida Amarel Pezote, 450 - 207/208 - Tel. 718-1156

LIVRO N.º 275

FOLHAS N.º 004

24 - Pick-up (kombi-cliper) VW, placa AS 2401, nº 53 = NCz\$15.825,00. 25 - Pick-up (kombi-cliper) VW, placa AS 0067, nº 96 = NCz\$10.325,00. 26 - Pick-up (kombi-cliper) VW, placa AS 2419, nº 74 = NCz\$15.825,00. 27 - Pick-up (kombi-cliper) VW, placa AS 2440 nº 111 = NCz\$40.469,00. 28 - Automóvel GOL VW, placa AS 2442, nº 105 = NCz\$37.430,00. 29 - Caminhão Pipa MB, placa AS 1485, nº 164 = NCz\$131.015,00. 30 - Caminhão Pipa MB, placa AR 9998, nº 39 = NCz\$75.692,00. 31 - Caminhão varredeira MB, placa AS 0125, nº V-01 = NCz\$273.865,00. 32 - Trator de Esteira Komatsu D-65A, série B1455, nº T-01 = NCz\$416.370,00. 33 - Pá carregadeira Michigan 55, série 4219A567, nº P-02 = NCz\$173.400,00. 34 - Pá carregadeira Michigan 75 III, série 4100C242BRC = NCz\$66.058,00. 35 - Pá carregadeira Yale Trojan 1900B, série 165, nº P-30 = NCz\$96.340,00. 36 - Pá carregadeira Clark Bob-Cat 711, série 4991A1409, nº P04 = NCz\$20.640,00. 37 - Trator de esteira Komatsu D-65-A, série B1452, nº T-02 = NCz\$240.840,00. 38 - Pá carregadeira Michigan 55, série 4219A55YEL, nº P-01 = NCz\$24.770,00. 39 - Pá carregadeira Clark Bob-Cat 711, série 4991A1410, nº P03 = NCz\$3.440,00. 40 - Retro escavadeira Case 580H, série 6930B94, nº R-38 = NCz\$62.570,00. A avaliação total das máquinas, veículos e equipamentos é de NCz\$5.581.960,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e um mil e novecentos e sessenta cruzados novos). 4 - Móveis, utensílios e ferramentas: Avaliamos os bens, vinculados ao Departamento de Limpeza Pública, em NCz\$311.870,00 (trezentos e onze mil, oitocentos e setenta cruzados novos). Niterói, 21 de novembro de 1989. (ass.) ROGERIO LUIZ PARRON JUR. LUIZ ANTONIO GARRON CAPANICA. WANDER BURGHARTT JUNIOR. Avaliação Final: Na forma do artigo 8º da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, considerando os valores calculados nos itens 1, 2, 3 e 4, e depois de verificada a titulação de propriedade imobiliária, avaliamos os bens móveis e imóveis do Município de Niterói, antes descritos e caracterizados, para fins de incorporação ao Capital Social da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói - CLIU, em ... NCz\$7.343.830,00 (sete milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta cruzados novos). VI - que, abstenendo-se de opinar o Município de Niterói sobre o laudo de avaliação dos bens que pretende concorrer para a formação do Capital Social da Sociedade, todos os demais outorgantes e reciprocamente outorgados concorram com os seus termos, descritos no item V anterior, aprovando-o.

33300027912

sem restrições; VII - que, como os demais subscritores de ações/ aprovaram a avaliação dos bens a serem integrados no Capital Social da Sociedade, o Município de Niterói aceita e subscorre neste ato / ações no importe de R\$37.343.830,00 (sete milhões, trezentos e qua- rent'a e tres mil, oitocentos e trinta cruzados novos); VIII - que tomando por base o Projeto de Estatuto da Sociedade, aprovado pelo Município de Niterói, nos termos do Decreto número 5754/69 com as modificações introduzidas neste ato, todos os outorgantes e recipro- camente outorgados aprovaram os termos a seguir transcritos do Esta- tuto Social da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN: **ES- TATUTO DA COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI. CAPITU- LO I - DA SOCIEDADE E SEUS FINS - ARTº 1º - A COMPANHIA MUNICIPAL / DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI, doravante denominada simplesmente por COMPANHIA, é uma sociedade anônima de economia mista, com personali- dade jurídica de direito privado, autorizada a constituir-se pela / Lei Municipal nº 744, de 28 de junho de 1969, vinculada ao Chefe do Poder Executivo do Município de Niterói, rege-se pelo presente Esta- tuto. ARTº 2º - A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado, sede e doravante no Município de Niterói - Estado do Rio de Ja- neiro, podendo instalar subsidiárias, instalações, escritórios ou / representações em qualquer ponto do território nacional, mediante / proposta da Diretoria, encaminhada e aprovada pelo Conselho de Admi- nistração. ARTº 3º - A Companhia tem autonomia administrativa e / financeira, tendo por objeto social a administração, prestação e me- lhoria dos serviços públicos de Limpeza Urbana do Município de Nite- róI, através da exploração dos serviços abaixo mencionados, além de outras atribuições na atividade de limpeza urbana: I - A limpeza / de logradouros públicos; II - A coleta de lixo residencial, hospita- lar, comercial e industrial; III - A recuperação, industrialização e comercialização de todo o resíduo sólido e seus derivados; IV - A instituição, a cobrança e a arrecadação de preços e tarifas pela / prestação de serviços públicos e especiais de limpeza e remoção de lixo; V - Outras compatíveis com os itens precedentes. § 1º - A / Companhia caberá cumprir e fazer cumprir as normas legais sobre lim- peza pública e a aplicação de penalidades por infrações a essas nor- mas, diretamente ou mediante convênio. § 2º - Para o desempenho de suas atribuições a Companhia poderá atuar diretamente ou por meio de**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIAO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIAO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275

Avenida Amoral Peixoto, 150 - 207/208 - Tel. 719-1124

FOLHAS N.º

005

consultoria, estudos e projetos, bem como celebrar convênios, observada a legislação aplicável. ARTº 4º - Para a realização de seus objetivos poderá a Companhia constituir subsidiárias, mediante autorização legal, detendo pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) de seu capital votante, ajustar quaisquer contratos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, em qualquer caso agindo como conveniente direta ou executora, tudo nos termos das disposições legais pertinentes. CAPITULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES - ARTº 5º - O capital social é de R\$37.344.630,00 (sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta cruzados novos) dividido em 7.344.630 (sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta) ações ordinárias nominativas, de uma só classe, no valor nominal de R\$5,00 (um cruzado novo) cada uma. § 1º - A cada ação ordinária corresponderá o direito de 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. § 2º - A Companhia poderá emitir certificados múltiplos de ações e, provisoriamente, autênticos que as representem, assinados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro. ARTº 6º - Fica, desde já, autorizado o aumento de capital até o montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados novos) com a emissão de ações ordinárias nominativas a ser subscritas: a) Por novos aportes em bens, que vierem a ser incorporados pelo Município de Niterói; b) Com o aporte em moeda corrente, dos saldos orçamentários e eventuais reservas de contingência a serem transferidos à Companhia nos termos do inciso anterior; c) Com novos aportes em moeda corrente pelos acionistas ou terceiros. § 1º - O capital social corresponderá, em cada momento, ao valor nominal de todas as ações emitidas. § 2º - O laudo pericial de fixação dos valores dos bens de que trata a letra a) deste artigo será realizado por comissão designada pelo Conselho de Administração da Companhia. § 3º - As emissões serão deliberadas pelo Conselho de Administração, respeitado sempre o percentual de que trata o artigo 9º deste Estatuto e as preferências proporcionais dos demais acionistas. ARTº 7º - Até que se complete a subscrição e integralização do capital autorizado, os aumentos independem de modificação estatutária, sendo subscritos: I - Pelo Município de Niterói: a) Por novos aportes de bens, observada a rotina prescrita no artigo precedente; b) Por recursos oriundos de créditos públicos autorizados por lei; c) Por recursos públicos alocados à Companhia. II - Por

Por novos aportes em moeda corrente dos demais acionistas ou terceiros. § 1º - Dentro do limite do Capital autorizado e independente de nova deliberação da Assembleia Geral, competirá à Diretoria, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Conselho de Administração, emitir ações do capital social. § 2º - A deliberação da Diretoria da Companhia que aprovar a emissão de ações do capital autorizado, constará necessariamente do livro de Atas de Reuniões da Diretoria, indicando expressamente: a) O número de ações a serem emitidas; b) A forma e o prazo para a subscrição das ações; c) As condições de exercício do direito de preferência à subscrição, para os acionistas da Companhia; d) Os prazos e as condições de integralização das ações em moeda corrente; e) A decisão do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal, relativamente ao aumento do capital subscrito. § 3º - Quando as ações forem subscritas / ou colocadas por valor superior ao nominal, a importância excedente será registrada em conta do Passivo Não Exigível como reserva de capital, podendo ser aplicada por deliberação da Diretoria previamente autorizada pelo Conselho de Administração, na absorção de eventuais prejuízos, no aumento do capital pela sua incorporação e/ou na aquisição pela Companhia de suas ações em circulação. § 4º - No prazo de até 30 (trinta) dias após cada emissão de ações do capital autorizado, proceder-se-á o registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro do aumento do capital subscrito. ARTº 8º - Para o exercício de preferência de que trata a alínea "c" do § 2º do artigo 7º do presente Estatuto, a Companhia fará publicar Edital no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação, da sede da Companhia comunicando aos acionistas a deliberação de emitir ações para subscrição e assegurando-lhes o exercício de tal direito, que, obedecido o critério legal da proporcionalidade, deverá ser manifestado à Companhia no prazo de 30 (trinta) dias da data da primeira publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. § 1º - Os Editais de que trata este artigo indicarão a quantidade de ações a serem emitidas, o valor da subscrição, a forma e o prazo para a sua integralização. § 2º - Expirado o prazo para o exercício do direito de preferência aquelas acionistas que / declararam, no ato da subscrição seu interesse pelas ações, que se subcreverão, inicialmente, na proporção acionária de cada um. e /

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIÃO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275

Avenida Amoral Peixoto, 150 - 207/208 - Tel. 719-1126

FOLHAS N.º 0068

desejarem. § 3º - As ações não subscritas poderão ser adquiridas pela Companhia, mediante utilização de lucros ou reservas próprias existentes. § 4º - As ações adquiridas pela Companhia, de conformidade com o parágrafo anterior, enquanto mantidas em Tesouraria, não terão direito a voto, nem participarão dividendos. § 5º - Por deliberação da Diretoria, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Conselho de Administração, após oferta aos acionistas, para o exercício do direito de preferência, poderá a Companhia recolocar ou vender ações que possuir em Tesouraria. ARTº 9º - O Município de Niterói, nos termos da legislação em vigor, deverá manter sempre participação acionária mínima de 51% (cinquenta e um por cento) do capital subscrito da Companhia. § ÚNICO - Os aumentos do capital da Companhia que venham a ocorrer, só poderão ser realizados se o Município de Niterói, subscrever novas ações emitidas em volume suficiente para manter o limite mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) de participação acionária no Capital Social. CAPÍTULO III - LIMITAÇÕES À CIRCULAÇÃO DAS AÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL - ... ARTº 10º - A circulação das ações representativas do capital da Companhia, estará sempre subordinada à observância dos seguintes requisitos: I - O acionista que desejar vender suas ações, exercer seus direitos de preferência, deverá manifestar esta intenção à Diretoria da Companhia, por escrito, mencionando o preço e condições de pagamento pretendidos. A Diretoria, então, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento desta manifestação, comunicará o fato aos demais acionistas, por escrito, ou por Edital publicado no Órgão Oficial do Município e em jornal de grande circulação. Feita a comunicação pela Diretoria, os acionistas deverão manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias após a data da comunicação por escrito ou após o Edital, sobre seu interesse na compra das ações oferecidas. II - Decorrido o prazo concedido aos acionistas para exercer o direito de preferência de que trata a alénea precedente, sem que este tenha sido exercido, ficará liberado o acionista que desejar desfazer-se de suas ações, para vendê-las a terceiros, observados, porém, o preço e as condições de sua oferta inicial. III - A transmissão de ações não será de nenhuma forma efetivada pela Companhia quando implicar em quebra dos princípios fixados neste Estatuto, cabendo à Diretoria promover a oferta das ações em questão aos demais acionistas, na forma e no prazo previstos nas aléneas I e II do presente

USCENJA 33300027912
K NIRC

artigo. CAPITULO IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL - ARTº 11º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de / cada ano, e, extraordinariamente, sempre que for necessário o pronunciamento dos acionistas, instalada de conformidade com as disposições legais e estatutárias. § ÚNICO - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na falta ou impedimento, por acionista eleito ou aclamado, e os trabalhos serão secretariados por acionista por ele escolhido. ARTº 12º - As deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as exceções legalmente previstas, / serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes. ARTº 13º - A Assembleia Geral reunir-se-á por convocação / processada na forma da legislação em vigor. ARTº 14º - A Assembleia Geral Ordinária compete deliberar com exclusividade sobre os assuntos previstos no artigo 132 da Lei Federal 6404 de 15.12.76, e a Assembleia Geral Extraordinária sobre os demais casos previstos na Lei e neste Estatuto, podendo ambas serem convocadas simultaneamente, realizadas no mesmo local, data e horário, e instrumentada em / ata única. CAPITULO V - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ARTº 16º - São órgãos da Administração da Companhia, o Conselho de Administração e a Diretoria. § ÚNICO - São administradores da Companhia os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, com os deveres e responsabilidades que lhes são atribuídas pela Lei 6404 / de 15.12.76. ARTº 17º - Os administradores da Companhia deverão / ser pessoas naturais, residentes no país, e, ainda, acionistas ou membros do Conselho de Administração. ARTº 18º - Os administradores da Companhia serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à eleição. ARTº 19º - Cada administrador da Companhia, dentro do prazo de sua investidura, cauionará cinquenta (50) / ações da Companhia, próprias ou de terceiros, como garantia da responsabilidade de sua gestão. § 1º - A caução, de que trata o presente artigo, somente poderá ser levantada após aprovação das contas referentes ao último exercício, antes da vacância do respectivo cargo. § 2º - Quando a caução não for prestada, no prazo estabelecido no artigo 18 do presente Estatuto, o cargo será considerado / vago, procedendo-se nova escolha, de acordo com o disposto nos ar-



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA

TABEIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO

FRANCISCO FERREIRA NETTO

TABEIÃO SUBSTITUTO

Avenida Amarel Peixoto, 450 - 207/208 - Tel. 719-1186

LIVRO N.º 275

FOLHAS N.º 007

prestação de caução poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que haja solicitação, por escrito e com justificativa, do interessado ao Conselho de Administração, que decidirá sobre a questão. ARTº 20º - Os Administradores devem servir com lealdade à Companhia, mantendo, no quanto couber, reserva sobre seus próprios negócios. § ÚNICO - Os Administradores devem zelar para que não haja violação do presente artigo, por subordinados ou por terceiros de confiança. ARTº 21º - Os Administradores não são responsáveis, pessoalmente, pelas obrigações que contraírem em nome da Companhia e em virtude do ato regular e obrigatório de gestão, respondem, porém, civilmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem: I - Dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo II - Com violação de Lei ou do Estatuto. CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ARTº 22º - O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 12 (doze) membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. ARTº 23º - A Assembleia Geral logo após a eleição, de que trata o artigo anterior, escolherá, dentre os membros eleitos indicados pelo acionista majoritário como seus representantes, o Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração. ARTº 24º - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração preenchido pela Assembleia Geral, os demais membros escolherão o substituto até a realização da primeira Assembleia Geral, que elegorá então novo membro para ocupar o cargo e completar o mandato do substituído. § 1º - Nos impedimentos ocasionais e temporários de qualquer membro do Conselho de Administração, dar-se-á sua substituição por outro membro do Conselho indicado pelo impedido ou na falta desta indicação, os demais escolherão o membro substituto. § 2º - Quando por vacância de cargo, ou cargos, a composição do Conselho de Administração for inferior a 5 (cinco) membros, será convocada a Assembleia Geral para seu preenchimento no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência, completando o novo membro eleito o mandato do substituído. ARTº 25º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante carta convocatória. § 1º - O "quorum" mínimo para instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração será de 5 (cinco) me-

membros. § 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente, se for o caso, o voto ordinário e sempre que / necessário o de qualidade. ARTº 26º - Correndo ausência injusti-
ficada de membro do Conselho de Administração a 3 (três) reuniões /
consecutivas ou 10 (dez) reuniões ordinárias e ou extraordinárias,
intercaladas, será declarada a vacância do cargo. § 27º - O pre-
enchimento do cargo declarado vago será feito na forma estabelecida
no artigo 20, "caput", e seu parágrafo 2º. ARTº 27º - A remunera-
ção dos membros do Conselho de Administração, será efetuada em for-
ma de "jeton", por reunião ordinária mensal, equivalente a 10% (dez
por cento) dos honorários mensais do Diretor Presidente, sendo vedada
a participação nos lucros da Companhia, na forma da lei. § 1º -
Para aplicação do presente artigo considera-se remuneração o total
da soma dos valores atribuídos a título de honorários e representa-
ção. § 2º - Não se aplica o disposto neste artigo aos membros do
Conselho de Administração que pertençam a Diretoria da Companhia. /
ARTº 28º - Compete ao Conselho de Administração: I - Fixar a ori-
entação dos negócios da Companhia e as normas do seu funcionamento;
II - Eleger e constituir os membros da Diretoria da Companhia exceto
o Diretor Presidente, que é cargo privativo da Vice presidência do
Conselho de Administração, e cometer-lhes atribuições complementa-
res às fixadas neste Estatuto; III - Fiscalizar a gestão da Direto-
ria da Companhia, se manifestando sobre o relatório da administra-
ção, contas, balanços patrimonial e financeiro, demonstrativo de lu-
cros e perdas, e proposta de distribuição de lucros líquidos, para
apresentação à Assembleia Geral; IV - Convocar, quando for o caso,
as Assembleias Gerais Ordinárias e ou extraordinárias nas épocas pró-
prias, obedecido o disposto neste Estatuto e na legislação vigente;
V - Manifestar-se previamente sobre atos e contratos, inclusive de
empréstimos e financiamentos, a serem assinados pela Companhia e de
valor superior a 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito;
VI - Deliberar sobre a emissão e colocação de ações para aumento de
Capital Social subscrito, dentro do limite do Capital Social autori-
zado; VII - Autorizar a prática de atos que impliquem de qualquer
forma ou alienação de bens do ativo permanente da Companhia, com ali-
tuição de finas, reais ou não, penhor, caução, fiança ou participação /



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIÃO SUBSTITUTO

Avenida Amarel Peixoto, 450 - 207/208 - Tel. 719-1156

LIVRO N.º 275

FOLHAS N.º 0081

(trinta por cento) do Capital Social subscrito. VIII - Autorizar a aquisição ou constituição de bens e bens incorporados ao ativo fixo da Companhia, e de valor superior a 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito. IX - Aprovar normas, prazos e termos para concessão de créditos e financiamentos a terceiros. X - Intervir na escolha, contratação e destituição de auditores independentes. XI - Manifestar-se sobre os planos de expansão, programas de investimento, orçamentos, projetos e programas de trabalho, anuais ou plurianuais, da Companhia. XII - Manifestar-se previamente a qualquer proposição da Diretoria da Companhia, e qualquer matéria sujeita a deliberação seja de competência da Assembleia Geral. XIII - Autorizar a participação acionária no Capital de outras sociedades. XIV - Propor à Assembleia Geral a criação, dissolução ou transformação de empresas subsidiárias. XV - Propor à Assembleia Geral a alteração do capital autorizado da Companhia. XVI - Propor à Assembleia Geral a modificação dos objetivos sociais. XVII - Autorizar o afastamento temporário de qualquer membro do próprio Conselho de Administração e da Diretoria. XVIII - Aprovar a proposta de Regimento Interno da Companhia. XIX - Elaborar o seu Regimento Interno. XX - Lavrar as atas de suas reuniões. XXI - Deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto, especificamente quanto aos assuntos relacionados ao artigo 142 da Lei Federal 6404 de 15.12.76. CAPITULO VII - DA DIRETORIA - ARTº 29º - É o órgão de administração executiva da Companhia cabendo-lhe principalmente executar as atividades fundamentais, e cumprir as normas gerais, baixadas, pelas demais órgãos da Companhia, dentro dos objetivos por elas fixados. ARTº 30º - A gestão das atividades da Companhia será exercida em nível executivo pela Diretoria, constituída por um Diretor Presidente, um Diretor de Operações, um Diretor de Serviços Especiais, um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro. ARTº 31º - A Companhia é dirigida pelo Diretor Presidente coadjuvado pelos demais membros Diretores. § 1º - O cargo de Diretor Presidente é privativo do Vice Presidente do Conselho de Administração, e terá um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. § 2º - Os demais membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia e terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. § 3º - Os Diretores de Operações, de Serviços Especiais, Administrativo e Financeiro são substituídos por

pelo Conselho de Administração, de acordo com o artigo 28 II, deste Estatuto. § 4º - Os membros da Diretoria da Companhia não poderão se afastar do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem licença e aprovação do Conselho de Administração, sob pena de destituição. ARTº 32º - Nos impedimentos ocasionais ou / temporários de qualquer membro da Diretoria, dar-se-á sua substituição por outro Diretor, da seguinte forma: I - Caberá ao Diretor / Presidente substituir o Diretor de Operações, o Diretor de Serviços Especiais, o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro. II - / Caberá ao Diretor de Operações e ao Diretor Administrativo, sucessivamente, substituir o Diretor Presidente. ARTº 33º - Em caso de vacância de cargo dos membros da Diretoria, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência, o Conselho de Administração elegerá novo Diretor para o cargo vago, que completará o mandato do substituído., § 1º - Em caso de vacância de cargo de Diretor Presidente aplicar-se-á o estabelecido no artigo 24, "caput", observando-se o que dispõe o artigo 23 do presente Estatuto. § 2º - Após a vacância do cargo e / até a eleição pelo Conselho de Administração, quando for o caso, do novo Diretor, obedecida a forma de substituição prevista no artigo anterior. ARTº 34º - Terminados os mandatos, os Diretores permanecerão em pleno exercício de suas atribuições até a posse e investidura dos seus substituídos, ou quando reeleitos, até nova posse. ARTº 35º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por semana, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor Presidente. § 1º - O "quorum" mínimo para instalação e deliberação / das reuniões da Diretoria será de 2 (dois) membros, um dos quais será obrigatoriamente o Diretor Presidente. § 2º - As deliberações / da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ainda ao / Diretor Presidente o voto de qualidade. § 3º - Das decisões da Diretoria, no prazo de 3 (tres) dias, por qualquer Diretor caberá interposição de recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Administração, que se manifestará em 5 (cinco) dias. ARTº 36º - Os membros da Diretoria, acionistas ou não da Companhia, perceberão a remuneração, nela já incluída honorários e verba de representação, que for fixada pela Assembleia Geral, com base nos seguintes valores: / Diretor Presidente 95% (noventa e cinco por cento) da remuneração / dos Secretários do Município de Riterói e os demais Diretores 90%;

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÓRIO 13.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA

TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO

FRANCISCO FERREIRA NETTO

TABELIÃO SUBSTITUTO

Avenida Amoral Pezoto, 460 - 207/208 - Tel. 719-1188

LIVRO N.º 275

FOLHAS N.º

009

Município. § ÚNICO - O funcionário da Companhia que for designado para ocupar cargo na Diretoria poderá optar entre receber honorários e representação atribuídos à Diretoria ou perceber seu salário acrescido de 70% (setenta por cento) da remuneração correspondente ao cargo de Diretor, até o limite 12 (doze) pagamentos anuais. Art. 37º - Compete a Diretoria, ressalvadas as atribuições de outros órgãos da Companhia: I - Praticar todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia. II - Propor ao Conselho de Administração a estrutura administrativa da Companhia e suas modificações. III - Propor ao Conselho de Administração o plano de cargos e salários do pessoal da Companhia e suas modificações. IV - Aprovar as normas técnicas, operacionais e administrativas da Companhia. V - Contratar o pessoal para os cargos administrativos da Companhia. VI - Submeter ao Conselho de Administração os planos de expansão, os programas de investimentos, os projetos e os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia. VII - Designar o endereço da sede, bem como criar, transformar ou extinguir instalações, escritórios ou repartições e setores temporários para estudos, obras e serviços da Companhia. VIII - Autorizar a prática de atos e a celebração de contratos, inclusive empréstimos e financiamento da Companhia, de valor até 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito, em caráter emergencial, "ad referendum" do Conselho de Administração. IX - Autorizar a prática de atos que impliquem de qualquer forma em alienação de bens do ativo permanente da Companhia, constituição de ônus, reais ou não, penhor, caução, fiança ou prestação de garantia a obrigações de terceiros, de valor até 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito, em caráter emergencial, "ad referendum" do Conselho de Administração. X - Autorizar a locação e o arrendamento de bens móveis e imóveis. XI - Autorizar a aquisição ou constituição de bens a serem incorporados ao ativo fixo da Companhia, de valor até 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito. XII - Autorizar o afastamento temporário de qualquer membro da própria Diretoria, no máximo por 30 (trinta) dias. XIII - Realizar modificações orçamentárias e remanejamentos de verbas durante o exercício, sempre que for necessário. As modificações referentes a despesa de capital serão realizadas "ad referendum" do Conselho de Administração, e as que alterem o valor global do orçamento serão submetidas ao Conselho de Administração, que decidirá "ad referendum".

da Assembléia Geral. XIV - Elaborar o relatório anual de gestão da Diretoria para ciência dos Conselhos de Administração e Fiscal. XV - Aprovar contratos, termos de transação, convênios e acordos, bem como eventuais operações financeiras no giro da atividade social. / XVI - Decidir sobre a forma de licitação para as compras, obras e / serviços a serem contratados pela Companhia, observando-se o disposto no Decreto Lei Federal nº 2300/86. XVII - Propor a forma de alienação de bens ao Conselho de Administração. XVIII - Estabelecer o quadro de pessoal necessário e a sua lotação. XIX - Apreciar qualquer assunto de interesse da Companhia que lhe tenha sido submetido pelo Diretor Presidente. XX - Propor a criação, extinção ou transformação dos setores técnicos ou administrativos necessários ao bom funcionamento da Companhia e a respectiva organização interna, para apreciação do Conselho de Administração. XXI - Sugerir, motivadamente, as alterações do Estatuto ao Conselho de Administração da Companhia. XXII - Aprovar as tabelas de preço dos serviços especiais e da venda de materiais e produtos recuperados ou processados a partir do lixo recolhido. XXIII - Autorizar as importâncias que poderão ser gastas pelos diversos setores da Companhia para atender / despesas urgentes e imprevistas. XXIV - Submeter ao Conselho de Administração a proposta de Regimento Interno da Companhia para sua aprovação. XXV - Elaborar seu Regimento Interno. XXVI - Levantar as atas de suas reuniões. ARTº 38º - Compete ao Diretor Presidente: I - Orientar, administrar, supervisionar e fiscalizar as atividades da Companhia, tendo em vista os objetivos fixados e a programação de investimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração. II - Coordenar os trabalhos dos diferentes órgãos da Companhia, zelando pelo fiel cumprimento das atividades dos Diretores e demais titulares de cargos e funções de confiança. III - Representar a Companhia, ativa e passivamente, em todas as relações administrativas, judiciais e extrajudiciais. IV - Outorgar, em conjunto com outro Diretor, os poderes da cláusula "ad judicium" e os especiais necessários à defesa dos interesses sociais, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, entidades de direito público e de direito privado, especificando o respectivo prazo de duração nos mandatos extrajudiciais. V - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria. VI - Observar e fazer cumprir o Estatuto Social, a legislação pertinente, as



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIAO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS DA 1.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIAO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275

Avenida Amarel Peixoto, 480 - 207/208 - Tel. 719-1166

FOLHAS N.º

0108

VIII - Atribuir aos Diretores, pela experiência técnica e administrativa de cada um, as áreas de atividades de seus cargos e atribuições definidas na estrutura organizacional. IX - Atribuir aos Diretores encargos ou funções não previstas neste Estatuto, podendo delegar competências ou atribuições que julgar convenientes. X - Assinar atos que consubstanciem as deliberações da Diretoria. XI - Decidir sobre a admissão e dispensa de empregados, podendo delegar tais poderes. XII - Requisitar servidores da administração, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal. XIII - Submeter ao Conselho de Administração, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento do exercício de cada ano, o relatório anual da Diretoria, os balanços patrimoniais e financeiro, o demonstrativo de lucros e perdas, e o parecer do Conselho Fiscal. XIV - Fazer publicar o relatório anual da Diretoria. XV - Praticar atos de urgência "ad referendum" da Diretoria, justificando na primeira reunião a seguir. XVI - Assinar, em conjunto, com o Diretor Financeiro: a) A emissão, o aceite, o aval, ou o endosso de títulos cambiais de qualquer natureza; b) Os documentos relativos a abertura e movimentação de recursos ou contas bancárias; c) Os contratos ou documentos que criem obrigações financeiras para a Companhia; d) Os instrumentos ou atos de alienação de bens ou de imóveis da Companhia, ressalvado o disposto neste Estatuto e na legislação em vigor. XVII - Ordenar as despesas da Companhia. ARTº 39º - Ao Diretor de Operações, incumbido da normatização, coordenação, execução e controle das atividades técnicas da Companhia, compete: I - Dirigir e supervisionar as atividades de elaboração, estudos, projetos e execução das atividades e serviços previstos nos objetivos da Companhia, em coordenação com as unidades de sua estrutura organizacional. II - Propor à Diretoria a admissão e dispensa de empregados dentro de suas atividades. III - Representar a Companhia, em conjunto com o Diretor Presidente, nos assuntos de sua área específica. IV - Substituir o Diretor Presidente nos seus impedimentos eventuais, na forma estabelecida no artigo 32, II, do presente estatuto. V - Exercer os mais encargos e funções que lhe forem atribuídos pelo Regimento Interno ou pelo Diretor Presidente. ARTº 40º - Ao Diretor de Serviços Especiais, incumbido da normatização, coordenação, execução e controle das atividades especiais da Companhia, compete: I - Dirigir, supervisionar, as atividades de elaboração, estudos, projetos,

execução e controle dos serviços especiais, entre eles: a) Saneamento do aterro sanitário; b) Recuperação e industrialização de todo resíduo sólido e seus derivados; c) Outros serviços especiais. II - Propor à Diretoria a admissão e dispensa de empregados dentro de suas atividades. III - Representar a Companhia, em conjunto com o Diretor Presidente, nos assuntos de sua área específica. IV - Exercer demais encargos e funções que lhe forem atribuídos pelo Regimento Interno ou pelo Diretor Presidente. V - Desempenhar as funções que lhe são atribuídas em colaboração com o Diretor de Operações. ARTº 41º - Ao Diretor Administrativo, incumbido da normatização, coordenação, execução e controle das atividades de administração em geral da Companhia, compete: I - Planejar, coordenar e controlar as atividades gerais de apoio administrativo que envolvam utilização de pessoal, de material, de patrimônio, de comunicações, documentações e serviços gerais. II - Propor à Diretoria a admissão e dispensa de empregados dentro de sua área de atividades. III - Representar a Companhia, em conjunto com o Diretor Presidente, na sua área de competência. IV - Substituir o Diretor Presidente nos seus impedimentos eventuais, na forma estabelecida no artigo 32, II, do presente Estatuto. V - Exercer demais encargos e funções que lhe forem atribuídas pelo Regimento interno ou pelo Diretor Presidente. ARTº 42º - Ao Diretor Financeiro, incumbido da normatização, coordenação, execução e controle da Companhia, entre outras atribuições, compete: I - Planejar, coordenar e controlar as atividades econômicas e financeiras da Companhia. II - Planejar, coordenar e controlar os recursos orçamentários, extra-orçamentários e financeiros da Companhia. III - Representar a Companhia, em conjunto com o Diretor Presidente na sua área de competência, ressalvando-se, o disposto no artigo 33 XVI, do presente estatuto. IV - Planejar, coordenar e controlar as atividades de administração, financeira em conjunto com as unidades da sua estrutura organizacional. V - Exercer demais encargos e funções que lhe forem atribuídas pelo Regimento Interno ou pelo Diretor Presidente. CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL - ARTº 43º - A Companhia terá um Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos, pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. ARTº 44º - Na constituição do Conselho Fiscal serão obge



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA

TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO

FRANCISCO FERREIRA NETTO

TABELIÃO SUBSTITUTO

Avenida Amarel Peixoto, 460 - 207/208 - Tel. 718-1156

LIVRO N.º 275

FOLHAS N.º 0218

Fiscal é inelegível. II - Os membros do Conselho Fiscal terão que ser diplomados em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por um prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de Administrador de Empresa ou de Conselheiro Fiscal. ARTº 45º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior a 1/10 (um décimo) que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada a participação de lucros. ARTº 46º - Compete ao Conselho Fiscal da Companhia: I - Fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. II - Opinar sobre o relatório anual dos Administradores, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral. III - Opinar sobre as propostas dos Órgãos de Administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do Capital Social, a emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão. IV - Denunciar aos Órgãos da Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências úteis à Companhia. V - Convocar a Assembleia Geral Ordinária se os Órgãos da Administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias. VI - Analisar, ao menos bimestralmente, o balanço e demais demonstrações financeiras elaboradas, periodicamente, pela Companhia. VII - Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. CAPITULO IX - DO CONSELHO CONSULTIVO - ARTº 47º - O Conselho Consultivo é órgão de orientação colegiada, sem poder de deliberativo, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 20 (vinte) membros, indicados pela Diretoria e nomeados pelo Conselho Administrativo da Companhia. § 1º - Os membros do Conselho Consultivo terão mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. § 2º - Os membros do Conselho Consultivo escolherão, entre seus pares, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho. § 3º - Em caso de vacância de cargo de qualquer membro do Conselho Consultivo, dar-se-á sua substituição por outro membro do Conselho Consultivo, indicando o plenário. § 4º - Quando por vacância ou por morte, o cargo de

composição do Conselho Consultivo for inferior à 3 (três) membros, a Diretoria indicará o novo membro que completará o mandato de substituído. ARTº 48º - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente a todo trimesstralmente, e, extraordinariamente sempre que convocado pelos Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia. § 1º - O "quorum" mínimo para a instalação e decisão das reuniões do Conselho Consultivo será de três membros. § 2º - As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes as reuniões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. ARTº 49º - Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados. ARTº 50º - Compete ao Conselho Consultivo, sempre que consultado: I - Opiniar sobre a orientação dos negócios da Companhia; II - Opinar sobre a modificação dos objetivos sociais; III - Opinar sobre a política da Companhia junto a Comunidade; IV - Elaborar o plano de gerenciamento Interno; V - Lavrar as atas de suas reuniões. CAPITULO X DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ARTº 51 - O exercício social coincidirá com o exercício civil, processando-se / nso termos da lei no final de cada exercício, o balanço geral para apuração de lucros e perdas. § 1º - Do lucro líquido, feitas as provisões financeiras para despesas administrativas e de capital de duzir-se-ão: I - 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que alcance o valor correspondente à 20% (vin to por cento) do Capital Social, a fim de assegurar a integridade II - Valor para a constituição do Fundo de Manutenção do Capital de Giro, de acordo com a legislação em vigor; III - Valores a serem / fixados pela Assembléias Geral para constituição de outras reservas que a lei autorizar; IV - 10% (dez por cento) para distribuição do dividendo obrigatório; § 2º - Havendo saldo após as deduções re feridas no parágrafo anterior, caberá à Assembléia Geral autorizar sua destinação. ARTº 52º - A prestação de contas da Diretoria, com parecer do Conselho de Administração, deverá ser submetida à As sambléia Geral, e conterá: I - Balanço Patrimonial; II - Demonstr ação de Lucros e Perdas; III - Balanço Financeiro; IV - Demonstra tivo de Execução Orçamentária. § 3º - Após sua aprovação pela Assembléia Geral, a prestação de contas da Companhia será enviada / ao Chefe do executivo do Município de Niterói, para ciência, encami nhado-se aos órgãos fiscalizadores previstos em lei. ARTº 53º -

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIAO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS DA 2.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIAO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275

Avenida Amoral Peixoto, 450 - 207/208 - Tel. 719-1156

FOLHAS N.º 012

DOS RECURSOS DA COMPANHIA - ART. 54 - Os recursos de que a Companhia contará para realização do seu objetivo social, além dos já previstos, serão: I - A receita proveniente das subvenções e dotações orçamentárias em função da permanente e única, em todo o porto e disposição final do lixo residencial, comercial e industrial, conforme o disposto na legislação municipal vigente; II - A receita proveniente da coleta do lixo nos estabelecimentos comerciais industriais e residências unifamiliares e multifamiliares, cuja produção diária ultrapasse o limite estabelecido na legislação municipal; III - A receita proveniente das subvenções e dotações orçamentárias em função da prestação de serviços de limpeza de terrenos públicos; IV - A receita proveniente da prestação de outros serviços ligados à atividade da Companhia e prestados a particulares ou aos órgãos públicos; V - A receita proveniente de multas; VI - A receita proveniente de alugueres, permissões ou concessões; VII - O produto das operações de créditos e financeiras; VIII - A receita proveniente da venda de materiais e produtos recuperados ou processados a partir do lixo; IX - O produto da alienação de bens móveis, máquinas e materiais inservíveis ou obsoletos; X - As indenizações e restituições devidas a Companhia; XI - Auxílios, doações e subvenções decorrentes de dotações Federais, Estaduais ou Municipais. XII - Auxílios, doações e legados de qualquer natureza. CAPITULO XII - DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO - ART. 55 - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação até sua extinção nos casos legalmente estabelecidos. § ÚNICO - Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários. ART. 56 - No caso de extinção da Companhia, os bens móveis e imóveis integrantes do seu patrimônio, reverterão ao do Município de Niterói, após o pagamento das dívidas e a realização do ressarcimento do valor das ações de seu capital. CAPITULO XIII - DO QUADRO DE PESSOAL - ART. 57 - A Companhia terá quadro próprio de pessoal, regido pela Consolidação das leis Trabalhistas, com remuneração mensal compatível com os cargos, funções, condições de serviço e de mercado de trabalho de Niterói. ART. 58 - A Companhia poderá utilizar, para o desempenho de suas atividades, funcionários e servidores contratados a sua disposição, pelo acréscimo correspondente ao salário mínimo.

salarial do cargo ou função que estiverem ocupando. § 1º - Os servidores públicos colocados à disposição da Companhia deverão declarar, expressa e previamente, sua atuação no horário de trabalho e as normas internas da Companhia, inclusive salariais. § 2º - Aos empregados da Companhia aplicam-se as disposições disciplinares do Regulamento de Pessoal da Companhia subsidiariamente às normas legais. ARTº 59º - Independente do quadro fixo de pessoal, a Companhia poderá contratar pessoa física ou jurídica para prestação de / serviços técnicos. ARTº 60º - A Companhia poderá promover, inclusive mediante convênios, cursos de seleção e formação profissional do pessoal necessário aos seus serviços, possibilitando o estágio de técnicos em outros centros de igual ou maior desenvolvimento. /

CAPITULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - ARTº 61 - As compras, obras e serviços realizados pela Companhia serão regidos pelas regras estabelecidas pelo Conselho de Administração, observando-se os princípios e institutos legais aplicáveis. ARTº 62º - É vedado à Companhia conceder fiança a terceiros, sob qualquer modalidade, em negócios estranhos às suas atividades, bem como realizar contribuições ou conceder auxílios não consignados em seu orçamento. ARTº / 63º - A Diretoria da Companhia elaborará, no prazo de 60 (sessenta) dias após a sua investidura, o anteprojeto do Regimento Interno a ser submetido a aprovação do Conselho de Administração. ARTº 64º - Os empregados da Companhia serão representados, na proporção de 1/3 (um terço) nos Conselhos de Administração e Fiscal observada a legislação em vigor a respeito. ARTº 65º - A Companhia passará a / funcionar a partir da data da publicação de seus atos constitutivos e todos os atos omissos e não previstos neste Estatuto, serão revogados de conformidade com a Lei 6404 de 15.12.76 e pelas demais / disposições legais vigentes. IX - Que, como todos os fundadores subscrevem as ações representativas de suas participações acionárias e aprovaram o Estatuto Social da Sociedade verificada a observância das formalidades legais, ficando constituída a Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIM, com o Capital Social / subscrito de R\$27.344.630,00 (vinte e sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta cruzados novos). X - que, assim segundo as disposições do Capítulo II do Estatuto da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói. ARTº 66º - A Companhia terá sede e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA

TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO

FRANCISCO FERREIRA NETTO

TABELIÃO SUBSTITUTO

Avenida Amador Peixoto, 460 - 207/208 - Tel. 719-1166

LIVRO N.º 275

FOLHAS N.º 013

seguintes: 1) Município de Niterói 7.343.830 ações ordinárias nominativas no valor de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma, integralizadas mediante incorporação dos bens móveis e imóveis objeto do laudo de Avaliação descrito no item V, aprovado e aceito conforme os itens VI e VII da presente. XI - que, assim a participação / acionária dos outorgantes e reciprocamente outorgados é a seguinte: 1) Município de Niterói 7.343.830 (sete milhões trezentos e quarenta e três mil oitocentas e trinta) ações ordinárias nominativas no valor de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma, integralizadas mediante capitalização dos bens móveis e imóveis objeto do laudo de Avaliação descrito no item V, aprovado e aceito conforme os itens VI e VII da presente. 2) JORGE ROBERTO SENEIRA - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma, realizadas em parte com o pagamento da entrada de R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e integralizadas neste ato com o pagamento da importância de R\$390,00 (noventa cruzados novos), em moeda corrente; 3) LUIZ EDUARDO TRAVASSOS DO CARMO - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma realizada em parte com o pagamento da entrada de R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e integralizadas neste ato com o pagamento da importância de R\$390,00 (noventa cruzados novos), em moeda corrente; 4) CARLOS ANTONIO SASSI - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma realizada em parte com o pagamento da entrada de R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e integralizadas neste ato com o pagamento da importância de R\$390,00 (noventa cruzados novos), em moeda corrente; 5) FALMIR ANTONIO DA SILVA - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma, realizada em parte com o pagamento da entrada de R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e integralizadas neste ato com o pagamento da importância de R\$390,00 (noventa cruzados novos), em moeda corrente; 6) MICHEL GALLI - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo), cada

Comparações de valores

VULNERA 33300027912

cada uma realizada em parte com o pagamento da entrada de R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e / integralizado neste ato com o pagamento da importância de R\$290,00 (noventa cruzados novos), em moeda corrente; 7) FERNANDO AUGUSTO PARAGUASSO DE SÁ - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma realizada em parte com o pagamento da entrada de R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e integralizados neste ato com o pagamento da importância de R\$290,00 (noventa cruzados novos) em moeda / corrente; 8) JOSE PAULO PINTO TEIXEIRA - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo), cada uma, realizada em parte com o pagamento da entrada de R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404 e integralizadas neste ato com o pagamento da importância de R\$290,00 (noventa cruzados novos) em moeda corrente; e 9) BERGIO AUGUSTO DA COSTA LEBRATO - 100 (cem) ações ordinárias no valor nominal de R\$21,00 (um cruzado novo) cada uma realizada em parte com o pagamento da entrada de ... R\$210,00 (dez cruzados novos), através do depósito obrigatório efetuado no Banco do Brasil S/A, na forma do artigo 81 da Lei Federal 6404, e integralizadas neste ato com o pagamento da importância de R\$290,00 (noventa cruzados novos), em moeda corrente. XII - Como / dos sócios fundadores - transcrição de boletim de acionistas: "(Emblema)" EMPREITURA DE NITERÓI - BOLETIM DE SUPRIMENTO - 7ª edição / Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLUR, em organização. O capital social no valor de R\$27.344.630,00 (sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta cruzados novos) dividido em 7.344.630 (sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, / seiscentos e trinta) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$31,00 (um cruzado novo) cada ação, subscrita da seguinte forma: a) O Município de Niterói, subscrava com bens móveis, imóveis, máquinas e equipamentos, e forma laudo de avaliação, 7.344.630 (sete milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta) em ações ordinárias. (ss.) JOSÉ ROBERTO SILVA - Prefeito. b) O subscritor José Roberto Silva carteira de identidade nº 1046

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CARTÓRIO 15.º OFÍCIO

NEY MENDES VIDINHA
TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 6.ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIÃO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275

Avenida Amarel Peixoto, 450 - 207/208 - Tel. 719-1186

FOLHAS N.º 014

Bulhões nº 58 apt.º 1504, estado civil casado, CPF nº 09.611.177/1, subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) JORGE ADELMAR VIDINHA. c) O subscritor Luiz Eduardo Lemos de Sá, brasileiro, de identidade nº 1609-D, expedida pelo TME, brasileiro, residente à rua Tiradentes nº 206, apt.º 302, estado civil solteiro, CPF nº 550.661.137/20, subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) LUIZ EDUARDO LEMOS DE SÁ. d) O subscritor Carlos Antonio Siqueira, brasileiro de identidade nº 3660, expedida pelo TME, brasileiro, residente à rua Guarani nº 23, estado civil solteiro, CPF nº 04.433.297/49, subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) CARLOS ANT. SIQUEIRA. e) O subscritor Palmir Antonio da Silva, brasileiro de identidade nº 971/principal expedida pelo CND, brasileiro, residente à rua Lisandro Pereira da Silva, nº 53, São Francisco, estado civil solteiro, CPF nº 013846277-15, subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) PALMIR ANTONIO DA SILVA. f) O subscritor Michel Salim Saad, brasileiro de identidade nº 254068, expedida pelo IFF, brasileiro, residente à rua Luiz Goulart Monteiro, nº 10, estado civil casado, CPF nº 014.026.347/49 subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) MICHEL SALIM SAAD. g) O subscritor Fernando Augusto Paraguaná de Sá, brasileiro de identidade nº 60583, expedida pelo CND, brasileiro, residente à Av. Alexandre Ferreira nº 474 apt.º 102, estado civil casado, CPF nº 020737577-15, subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) FERNANDO AUGUSTO PARAGUANÁ DE SÁ. h) O subscritor José Paulo Pinto Teixeira, brasileiro de identidade nº 1268211 expedida pelo IFF, brasileiro, residente à Praia do Flamengo, nº 127 apt.º 202, estado civil casado, CPF nº 011173197-66, subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) JOSÉ PAULO PINTO TEIXEIRA. i) O subscritor Sérgio Augusto da Costa Lobato, brasileiro de identidade nº 1915754 expedida pelo IFF, brasileiro, residente à Praça Eugênio Araújo nº 10 apt.º 701, estado civil casado, CPF nº 023361577/01, subcreve 100 (cem) ações ordinárias, sendo realizadas neste ato 10% (dez por cento) das ações em dinheiro. (as.) SÉRGIO AUGUSTO DA COSTA LOBATO.

JUCERJA 33300027912

conto) das ações em dinheiro. (ss.) SERGIO AUGUSTO DA COSTA LOPES, Autenticação mecânica - BB 0072020079 - 211189 - 80,00R 02732." XIII - Em função do disposto no Capítulo VI do Estatuto da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Miterói - CLIM, os acionistas deliberaram fixar a constituição inicial do Conselho de Administração em 12 (doze) membros, e elegem os membros acionistas a seguir nomeados, no início já qualificados: 1) JORGE ROBERTO SILVEIRA; 2) LUIZ EDUARDO TRAVASSOS DO CARMO; 3) CARLOS ANTONIO SARGE; 4) PALMIR ANTONIO DA SILVA; 5) MICHEL SALIM SAAD; 6) FERNANDEZ AUGUSTO FERNANDES DE SA; 7) JOSE PAULO PINTO REIXEIRA; e 8) SERGIO AUGUSTO DA COSTA LOPES, reservando o disposto no artigo 64 do Estatuto Social, para a eleger o Conselho. XIV - Os acionistas, em face do disposto no Capítulo VI do Estatuto da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Miterói - CLIM, propuseram os nomes dos membros do Conselho de Administração, recém eleitos, JORGE ROBERTO SILVEIRA e LUIZ EDUARDO TRAVASSOS DO CARMO, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente do referido Conselho, sem que, por força do Estatuto recém aprovado o Vice-Presidente do Conselho de Administração é automaticamente eleito o Diretor-Presidente da Companhia. XV - Segundo as disposições do Capítulo VIII do Estatuto da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - CLIM, os acionistas deliberaram eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, que preenchem os requisitos legais do exercício da função, observando o disposto no artigo 64 do Estatuto Social, da seguinte forma: 1) Para membros efetivos: a) Hamilton Luiz Ferreira Pitanga, brasileiro, casado, administrador de empresa, CI nº 713.990 do IPR, CPF nº 208.627.177-87, residente à rua Almeida de Azevedo, 97/604, nesta cidade. b) Jorgemel Vieira de Aguiar, brasileiro, casado, advogado, CI nº 793.265 IPR, CPF nº 076.070.187-72 residente à rua Visconde Itaboraí, 196/703, nesta cidade. (2) Para membros Suplentes: a) Antonio Paçanha de Souza, brasileiro, casado contador, CI nº 539.262 - IPR, CPF nº 102.105.207-87, residente à rua Presidente Figueiredo, 11/207, nesta cidade. b) Ivan Lindenberg Junior, brasileiro, casado, administrador de empresa, CI nº 4265117-4-IPR, CPF nº 233.445.827-53, residente à rua Maria Neves, 93, nesta cidade. XVI - que, os acionistas da sociedade, neste ato outorgantes, reciprocamente outorgados, deliberam fixar o montante global mensal de remuneração dos administradores correspondentes a R\$ 3.000,00.

SECRETARIA DO REGISTRO
DE IMOVEIS DA 6ª CIRCUNSCRIÇÃO
CARLOS ANTONIO FERREIRA NETTO

KEY MENDES VIDINHA
TABELIAO F. OFICIAL DO REGISTRO DE IMOVEIS DA 6ª CIRCUNSCRIÇÃO EM EXERCÍCIO
FRANCISCO FERREIRA NETTO
TABELIAO SUBSTITUTO

LIVRO N.º 275

Avenida Amarel Peixoto, 450 - 207/208 - Tel. 719-1156

FOLHAS N.º 015

mensal de um Secretário Municipal de Niterói. XVII - Os acionistas da Sociedade no ato outorgantes e reciprocamente outorgados deliberaram fixar o montante individual da remuneração mensal de cada membro do Conselho de Administração e Fiscal de acordo com o disposto no Estatuto Social. XVIII - Que, em virtude do Município de Niterói por se entregar à Sociedade a administração útil às transações e operações nos competentes circunscrições de Negociação de Imóveis deste Estado, relativamente aos imóveis e aos direitos e obrigações a eles relativos, ora incorporados ao Capital Social da Companhia Municipal de Imobiliária de Niterói - CMI, ... XIX - Que os outorgantes e reciprocamente outorgados compareceram e a levar o presente ato a documentação de prazo para registro e equivalente ao Livro Funcional de Niterói, de 1º de Janeiro, no prazo de até 30 dias. XX - Que o mandato de Niterói Cartório Eleitoral vigora até a Assembleia Geral Ordinária de 1962. XXI - Que os outorgantes e reciprocamente outorgados compareceram e concordar com todos os termos e condições e se lavrará o presente instrumento, que lida em voz alta, em sua plenitude conforme e aceita pelas circunstâncias, vai assinada por eles, que dispensaram a presença das testemunhas, conforme lhes facultou o Provimento n.º 16/61 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. (Key Mendes Vidinha), Tabelião, matrícula n.º 06/161, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. Declaro em tempo, que as custas devidas pelo presente ato, no valor de NCz435,60 (Tabela VIII, letra "Z") serão recolhidas ao BAJERJ, no próximo dia útil. Ressalvo a entrelinha de fls. 006v, que diz: "cinquenta (50)" e as rasuras de fls. 02v, que dizem: "engenheiro" e "engenheiro". Tabelião, encerro o presente ato. Em tempo declaro "onde se lê JORGE ROBERTO SILVEIRA" leia-se "JORGE ROBERTO SAAD SILVEIRA". Tabelião o encerro.

Município de Niterói - Jorge Roberto Silveira

Jorge Roberto Silveira - Tabelião

Luiz Eduardo Ferreira - Tabelião

Carlos Antonio Ferreira - Tabelião

05 DEZ 1989

NIRE: 33300027912

APROBADO
S. P. J. -
Aprova
mecânica n.º

Esta cópia xerox corresponde a
diploma de conclusão do 15.º
Curso de Niterói, lavrada as fls. 001
do livro 275 em 27-11-89 sendo
fornecida em conformidade dos Art.
334 e 335 do Ementário da Correge-
doria Geral de Justiça e Provimento
n.º 10, de 03/02/1980.

Niterói, 27 de novembro de 1989
Em testemunho "X" da verdade.

ESTATUTO DA COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI

CAPÍTULO I

Da Sociedade e seus Fins

Art. 1º - A COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI, doravante denominada simplesmente por Companhia, é uma sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada a constituir-se pela Lei Municipal nº 744, de 28 de junho de 1989, vinculada ao Chefe do Poder Executivo do Município de Niterói, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado, sede e foro no Município de Niterói - Estado do Rio de Janeiro, podendo instalar subsidiárias, instalações, escritórios ou representações em qualquer ponto do território nacional, mediante proposta da diretoria, encaminhada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Art. 3º - A Companhia tem autonomia administrativa e financeira, tendo por objeto social a administração, prestação e melhoria dos serviços públicos de Limpeza Urbana do Município de Niterói, através da exploração dos serviços abaixo mencionados, além de outras atribuições na atividade de limpeza urbana:

- I - A limpeza e saneamento de logradouros públicos;
- II - A coleta de lixo residencial, hospitalar, comercial e industrial;
- III - A recuperação, industrialização e comercialização de todo resíduo sólido e seus derivados;
- IV - A instituição, cobrança e a arrecadação de preços e tarifas pela prestação de serviços públicos e especiais de limpeza e remoção de lixo;
- V - A realização de serviços comunitários em caráter de emergência, nas áreas de defesa civil e segurança;
- VI - A melhoria e proteção do meio ambiente;
- VII - desenvolver programas social, ambiental e cultural;
- VIII - A limpeza dos próprios municipais;
- IX - A execução de serviços de conservação nos logradouros, calçadas e praças de interesse do Município;
- X - Outras atividades compatíveis com os itens precedentes.

§ 1º - A Companhia caberá cumprir e fazer cumprir as normas legais sobre limpeza pública e a aplicação de penalidades por infrações a essas normas, diretamente ou mediante convênio.

§ 2º - Para o desempenho de suas atribuições a Companhia poderá atuar diretamente ou mediante a contratação de terceiros, inclusive quanto aos serviços de consultoria, estudos e projetos, bem como celebrar convênios, observada a legislação aplicável.

Art. 4º - Para a realização de seus objetivos poderá a Companhia constituir subsidiárias, mediante autorização legal, detendo pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) de seu capital votante, ajustar quaisquer contratos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, em qualquer caso agindo como conveniente direta ou executora, tudo nos termos das disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Art. 5º - O capital social é de R\$ 2.808.875,17 (dois milhões, oitocentos e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos), dividido em 172.293.598 ações ordinárias nominativas.



de uma só classe, sem valor nominal.

§ 1º - A cada ação ordinária corresponderá o direito de 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas.

§ 2º - A Companhia poderá emitir certificados múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, assinados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor de Administração e Finanças.

Art. 6º - Fica, desde já, autorizado o aumento de capital até o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a emissão de ações ordinárias nominativas a ser subscrito:

- a) Por novos aportes em bens, que vierem a ser incorporados pelo Município de Niterói;
- b) Com o aporte em moeda corrente, dos saldos orçamentários e eventuais reservas de contingência a serem transferidos à Companhia nos termos do inciso anterior;
- c) Com novos aportes em moeda corrente pelos acionistas ou terceiros.

§ 1º - O capital social corresponderá, em cada momento, ao valor nominal de todas as ações emitidas.

§ 2º - O laudo pericial de fixação dos valores dos bens de que trata a letra a deste artigo será realizado por comissão designada pelo Conselho de Administração da Companhia.

§ 3º - As emissões serão deliberadas pelo Conselho de Administração, respeitando sempre o percentual de que trata o artigo 9º deste Estatuto e as preferências proporcionais dos demais acionistas.

Art. 7º - Até que se complete a subscrição e integralização do capital autorizado, os aumentos independem de modificação estatutária, sendo subscrito:

I - Pelo Município de Niterói:

- a) Por novos aportes de bens, observada a rotina prescrita no artigo precedente;
- b) Por recursos oriundos de créditos públicos autorizados por lei;
- c) Por recursos públicos alocados à Companhia.

II - Por novos aportes em moeda corrente dos demais acionistas ou terceiros.

§ 1º - Dentro do limite do capital autorizado e independente de nova deliberação da Assembleia Geral, competirá à Diretoria, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Conselho de Administração, emitir ações do capital social.

§ 2º - A deliberação da Diretoria da Companhia que aprovar a emissão de ações do capital autorizado, constará necessariamente do livro de Atas de Reuniões da Diretoria, indicando expressamente:

- a) O número de ações a serem emitidas;
- b) A forma e o prazo para a subscrição das ações;
- c) As condições de exercício do direito de preferência à subscrição, para os acionistas da Companhia;
- d) Os prazos e as condições de integralização das ações em moeda corrente;
- e) A decisão do Conselho de Administração e o parecer do capital subscrito.

§ 3º - Quando as ações forem subscritas ou colocadas por valor superior ao nominal, a importância excedente será registrada em conta do passivo não exigível como reserva de capital, podendo ser aplicada por deliberação da Diretoria previamente autorizada pelo Conselho de Administração, na absorção de eventuais prejuízos, no aumento de capital pela sua incorporação.



6
e/ou na aquisição pela Companhia de suas ações em circulação.

§ 4º - No prazo de até 30 (trinta) dias após cada emissão de ações do capital autorizado, proceder-se-á o registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro do aumento de capital subscrito.

Art. 8º - Para o exercício de preferência de que trata a alínea "c" do § 2º do artigo 7º do presente Estatuto, a Companhia fará publicar Editais no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação, da sede da Companhia comunicado aos acionistas a deliberação de emitir ações para subscrição e assegurando-lhes o exercício de tal direito, que obedecido o critério legal da proporcionalidade, deverá ser manifestado à Companhia no prazo de 30 (trinta) dias da data da primeira publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º - Os Editais de que trata este artigo indicarão a quantidade de ações a serem emitidas, o valor da subscrição, a forma e o prazo para a sua integralização.

§ 2º - Expirado o prazo para o exercício do direito de preferência, aqueles acionistas que declararam, no ato da subscrição, seu interesse pelas sobras, que as subscreverão, inicialmente, na proporção acionária de cada um, e, após atendidos todos os pedidos de sobras, na quantidade que desejarem.

§ 3º - As ações não subscritas poderão ser adquiridas pela Companhia, mediante utilização de lucros ou reservas próprias existentes.

§ 4º - As ações adquiridas pela Companhia, de conformidade com o parágrafo anterior, enquanto mantidas em Tesouraria, não terão direito a voto, nem participarão de dividendos.

§ 5º - Por deliberação da Diretoria, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Conselho de Administração, após oferta dos acionistas, para o exercício do direito de preferência, poderá a companhia recolocar ou vender ações que possuir em Tesouraria.

Art. 9º - O Município de Niterói, nos termos da legislação em vigor, deverá manter sempre participação acionária mínima de 51% (cinquenta e um por cento) do capital subscrito da Companhia.

Parágrafo único - Os aumentos do capital da Companhia que venham a ocorrer, só poderão ser realizados se o Município de Niterói subscrever novas ações emitidas em volume suficiente para manter o limite mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) de participação acionária no Capital Social.

CAPÍTULO III

Limitações a Circulação das Ações Representativas do Capital

Art. 10 - A circulação das ações representativas do capital da Companhia, estará sempre subordinada à observância dos seguintes requisitos:

I - O acionista que desejar vender suas ações, ou ceder seus direitos de preferência, deverá manifestar esta intenção à Diretoria da Companhia, por escrito, mencionando o preço e condições de pagamento pretendidos. A Diretoria, então, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento desta manifestação, comunicará o fato aos demais acionistas, por escrito ou Edital publicado no Órgão Oficial do Município e em jornal de grande circulação. Feita a comunicação pela Diretoria, os acionistas deverão manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias após a data de comunicação por escrito ou após o Edital, sobre seu interesse na compra das ações oferecidas.

III - Decorrido o prazo concedido aos acionistas para exercer direito de preferência de que trata a alínea precedente, sem que este tenha sido exercido, ficará liberado o acionista que desejar desfazer-se de suas ações, para vendê-las a terceiros, observados, porém, o preço e as condições

de sua oferta inicial.

III - A transmissão de ações não será de nenhuma forma efetivada pela Companhia quando implicar em quebra dos princípios fixados neste Estatuto, cabendo à Diretoria promover a oferta das ações em questão aos demais acionistas, na forma e no prazo previstos nas alíneas I e II do presente artigo.

CAPÍTULO IV

Da Assembleia Geral

Art. 11 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que for necessário o pronunciamento dos acionistas, instalada de conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Parágrafo único - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na falta ou impedimento, por acionista eleito ou aclamado, e os trabalhos serão secretariados por acionista por ele escolhido.

Art. 12 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções legalmente previstas, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

Art. 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á por convocação processada na forma da legislação em vigor.

Art. 14 - A Assembleia Geral Ordinária compete deliberar com exclusividade sobre os assuntos previstos no artigo 132 da Lei Federal 6.404 de 15.12.76, e à Assembleia Geral Extraordinária sobre os demais casos previsto em lei e neste Estatuto, podendo ambas serem convocadas cumulativamente, realizadas no mesmo local, data e horário, e instrumentada em ata única.

CAPÍTULO V

Da Administração da Companhia

Art. 15 - São órgãos da Administração da Companhia o Conselho de Administração e a Diretoria.

Parágrafo único - São administradores da Companhia os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, com os deveres e responsabilidades que lhes são atribuídos pela Lei nº 6.404, de 15.12.76.

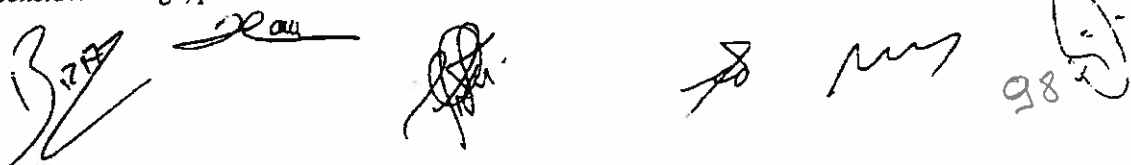
Art. 16 - Os administradores da Companhia deverão ser pessoas naturais e residentes no País e, ainda, acionistas os membros do Conselho de Administração,

Art. 17 - Os administradores da Companhia serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à eleição.

Art. 18 - Cada administrador da Companhia, dentro do prazo de sua investidura, caucionará 01 (uma) ação da Companhia, própria ou de terceiros, como garantia da responsabilidade de sua gestão.

§ 1º - A caução de que trata o presente artigo somente poderá ser levantada após aprovação das contas referentes ao último exercício, antes da vacância do respectivo cargo.

§ 2º - Quando a caução não for prestada, no prazo estabelecido neste artigo, o cargo será considerado vago, procedendo-se nova escolha, de acordo com o disposto no artigo 23 do presente



Estatuto.

§ 3º - O prazo para a prestação de caução poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que haja solicitação, por escrito e com justificativa, do interessado ao Conselho de Administração, que decidirá sobre a questão.

Art. 19 - Os administradores devem servir com lealdade à Companhia, mantendo, no quanto couber, reserva sobre seus próprios negócios.

Parágrafo único - Os administradores devem zelar para que não haja violação do presente artigo, por subordinados ou por terceiros de confiança.

Art. 20 - Os administradores não são responsáveis, pessoalmente, pelas obrigações que contraírem em nome da Companhia e em virtude do ato regular e obrigatório de gestão; respondem, porém, civilmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

- I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;
- II - com violação de Lei ou Estatuto.

CAPÍTULO VI

Do Conselho de Administração

Art. 21 - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 12 (doze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida reeleição.

Art. 22 - A Assembleia Geral, logo após a eleição de que trata o artigo anterior, escolherá, dentre os membros eleitos indicados pelo acionista majoritário como seus representantes, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Art. 23 - Em caso de vacância de cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, preenchido pela Assembleia Geral, os demais membros escolherão o substituto até a realização da primeira Assembleia Geral, que elegerá então novo membro para ocupar o cargo e completar o mandato do substituído.

Parágrafo único - Quando por vacância de cargo, ou cargos, a composição do Conselho de Administração for inferior a 5 (cinco) membros, será convocada a Assembleia Geral para seu preenchimento, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência, completando o novo membro eleito o mandato do substituído.

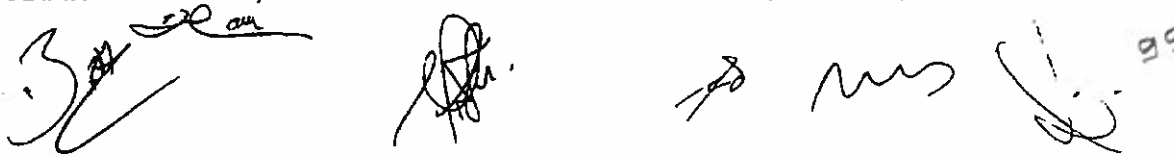
Art. 24 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante carta convocatória.

§ 1º - O "quorum" mínimo para instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração será de metade dos membros eleitos.

§ 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente, se for o caso, o voto ordinário e sempre que for necessário o de qualidade.

Art. 25 - Ocorrendo ausência injustificada de membro do Conselho de Administração a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 10 (dez) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias intercaladas, será declarada a vacância do cargo.

Art. 26 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será equivalente a 10%



9
(dez por cento) dos honorários mensais do Diretor Presidente, sendo vedada participação nos lucros da Companhia, na forma da lei.

§ 1º - Para aplicação do presente artigo, considera-se remuneração o total da soma dos valores atribuídos a título de honorários e representação.

Art. 27 - Compete ao Conselho de Administração:

- I - fixar a orientação dos negócios da Companhia e as diretrizes de seu funcionamento;
- II - eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia, exceto o Diretor Presidente, que é cargo privativo da Vice-Presidência do Conselho de Administração, e cometer-lhes atribuições complementares às fixadas neste Estatuto;
- III - fiscalizar a gestão da Diretoria da Companhia, se manifestando sobre o relatório da administração, contas, balanços patrimonial e financeiro, demonstrativo de lucros e perdas, e proposta de distribuição de lucros líquidos, para apresentação à Assembleia Geral;
- IV - convocar, quando for o caso, as Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias nas épocas próprias, obedecido o disposto neste Estatuto e na legislação vigente;
- V - deliberar sobre a emissão e colocação de ações para aumento do capital social subscrito, dentro do limite do capital social autorizado;
- VI - autorizar a prática de atos que impliquem, de qualquer forma, em alienação de bens do ativo permanente da Companhia, constituição de penhor, caução, fiança ou prestação de garantia a obrigações de terceiros;
- VII - aprovar normas, prazos e taxas para concessão de créditos e financiamentos a terceiros;
- VIII - promover a escolha, contratação e destituição de auditores independentes;
- IX - manifestar-se sobre os Planos de Expansão, programas de investimento, orçamentos, projetos e programas de trabalho anuais ou plurianuais da Companhia;
- X - manifestar-se previamente sobre qualquer proposição da Diretoria da Companhia, e qualquer matéria cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral;
- XI - autorizar a participação acionária no capital de outras sociedades;
- XII - propor à Assembleia Geral a criação, dissolução ou transformação de empresas subsidiárias;
- XIII - propor à Assembleia Geral a alteração do capital autorizado da Companhia;
- XIV - propor à Assembleia Geral a modificação dos objetivos sociais;
- XV - autorizar o afastamento temporário de qualquer membro do próprio conselho de Administração e da Diretoria;
- XVI - aprovar a proposta de Regimento Interno da Companhia,
- XVII - elaborar o seu Regimento Interno;
- XVIII - deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto, especificamente quanto aos assuntos relacionados ao artigo 142, da Lei Federal nº 6.404, de 15.12.76.

CAPÍTULO VII

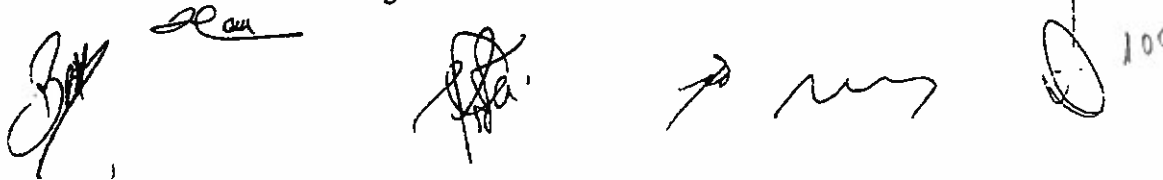
Da Diretoria

Art. 28 - É o órgão de administração executiva da Companhia, cabendo-lhe, precipuamente, executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo demais órgãos da Companhia, dentro dos objetivos por eles fixados.

Art. 29 - A Diretoria é composta de 01 (um) Diretor-Presidente; 01(um) Chefe de Gabinete; 01(um) Superintendente de Operações; 01(um) Diretor de Administração e Finanças; 01(um) Diretor de Planejamento; 01(um) Diretor Jurídico e Recursos Humanos; 01(um) Diretor de Operações I; 01(um) Diretor de Operações II; 01(um) Diretor de Operações III; e um Diretor de Destinação Final.

Art. 30 - Os membros da Diretoria terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 31 - Nos impedimentos ocasionais ou temporários, os membros da Diretoria serão substituídos na forma definida no Regimento Interno.

 100

Art. 32 - Em caso de vacância de cargo dos membros da Diretoria, no prazo de 30 (trinta) dias de ocorrência, o Conselho de Administração elegerá novo Diretor para o cargo vago, que completará o mandato do substituído.

§ 1º - Em caso de vacância de cargo de Diretor-Presidente, aplicar-se-á o estabelecido no art. 23, "caput", observando-se o que dispõe o artigo 22 do presente Estatuto.

§ 2º - Após vacância do cargo e até a eleição pelo Conselho de Administração, quando for o caso, de novo Diretor, obedecida a forma de substituição prevista no artigo anterior.

Art. 33 - Terminados os mandatos, os Diretores permanecerão em pleno exercício de suas atribuições, até nova posse.

Art. 34 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por quinzena e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente.

§ 1º - O "quorum" mínimo para instalação e deliberação das reuniões da Diretoria será de 3 (três) membros, um dos quais será, obrigatoriamente, o Diretor-Presidente.

§ 2º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ainda ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

Art. 35 - Os membros da Diretoria, acionistas ou não da Companhia, perceberão remuneração, nela já incluídos honorários e verba de representação, que for fixada pela Assembleia Geral.

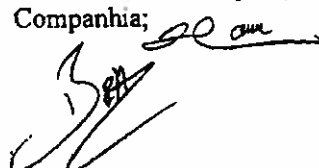
§ 1º - Os membros do Conselho de Administração, até o limite de 1/3 (um terço) poderão ser eleitos para cargos de diretores.

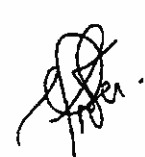
Parágrafo segundo - Os membros da Diretoria perceberão a remuneração anual equivalente a 13 (treze) parcelas do valor mensal fixado no "caput" deste artigo, sendo-lhes ainda deferido, após cada 12 (doze) meses de exercício do cargo, o direito ao gozo de férias renumeradas de 30 (trinta) dias.

Parágrafo segundo - O funcionário da Companhia que for designado para ocupar cargo na Diretoria poderá optar entre honorários e representação atribuídos à Diretoria ou perceber seu salário.

Art. 36 - Compete à Diretoria, ressalvadas as atribuições de outros órgãos da Companhia:

- I - praticar todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia;
- II - propor ao Conselho de Administração a estrutura administrativa da Companhia e suas modificações;
- III - propor ao Conselho de Administração o plano de cargos e salários do pessoal da Companhia e suas modificações;
- IV - aprovar as normas técnicas, operacionais e administrativas da Companhia;
- V - submeter ao Conselho de Administração os planos de expansão, os programas de investimentos, os projetos e os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia;
- VI - designar o endereço da sede, bem como criar, transformar ou extinguir instalações, escritórios ou representações e setores temporários para estudos, obras e serviços da Companhia;
- VII - autorizar a prática de ato e a celebração de contratos, inclusive empréstimos e financiamentos da Companhia;
- VIII - autorizar a prática de atos que impliquem, de qualquer forma, em alienação de bens do ativo permanente da Companhia, constituição de ônus, reais ou não, penhor, caução, fiança ou prestação de garantia a obrigações de terceiros;
- IX - autorizar a locação e o arrendamento de bens móveis e imóveis;
- X - autorizar a aquisição ou constituição de bens a serem incorporados ao ativo fixo da Companhia;







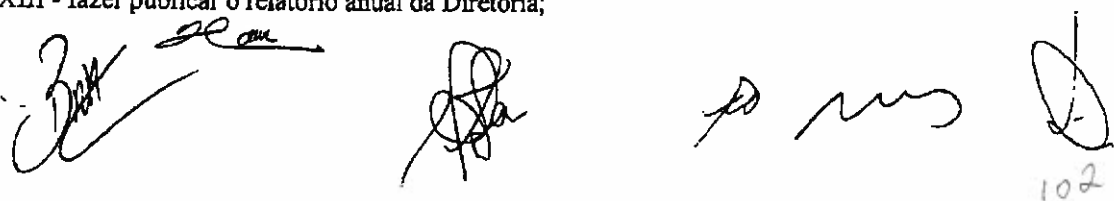



101

- XI - autorizar o afastamento temporário de qualquer membro da própria Diretoria, no máximo por 30 (trinta) dias;
- XII - realizar modificações orçamentárias e remanejamentos de verbas durante o exercício, sempre que for necessário. As modificações referentes a despesa de capital serão realizadas "ad referendum" do Conselho de Administração;
- XIII - elaborar o relatório anual da gestão da Diretoria, para ciência dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- XIV - aprovar contratos, termos de transação, convênios e acordos, bem como eventuais operações financeiras no giro da atividade social;
- XV - decidir sobre a forma de licitação para as compras, obras e serviços a serem contratados pela Companhia, observando o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica do Município;
- XVI - propor a forma de alienação de bens ao Conselho de Administração;
- XVII - estabelecer o quadro de pessoal necessário e a sua lotação;
- XVIII - apreciar qualquer assunto de interesse da Companhia, que lhe tenha sido submetido pelo Diretor-Presidente;
- XIX - propor a criação, extinção ou transformação dos setores técnicos ou administrativos necessários ao bom funcionamento da Companhia e a respectiva organização interna, para apreciação do Conselho de Administração;
- XX - sugerir, motivadamente, as alterações do Estatuto ao Conselho de Administração da Companhia;
- XXI - aprovar as tabelas de preços dos serviços especiais e da venda de materiais e produtos recuperados ou processados, a partir do lixo recolhido;
- XXII - submeter ao Conselho de Administração a proposta de Regimento Interno da Companhia, para sua aprovação;
- XXIII - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 37 - Compete ao Diretor-Presidente:

- I - orientar, administrar, supervisionar e fiscalizar as atividades da Companhia, tendo em vista os objetivos fixados e a programação de investimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- II - coordenar os trabalhos dos diferentes órgãos da Companhia, zelando pelo fiel cumprimento das atividades dos Diretores e demais titulares de cargos e funções de confiança;
- III - representar a Companhia, ativa e passivamente, em todas as relações administrativas, judiciais e extrajudiciais;
- IV - outorgar, em conjunto com outro Diretor, os poderes da cláusula "ad judicium" e os especiais necessários à defesa dos interesses sociais, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, entidades de direito público e de direito privado, especificando o respectivo prazo de duração nos mandatos extrajudiciais;
- V - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- VI - observar e fazer cumprir o Estatuto Social, a legislação pertinente, as deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- VII - instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- VIII - atribuir aos Diretores encargos ou funções não previstos neste Estatuto, podendo delegar competência ou atribuições que julgar convenientes, considerando a experiência técnica e administrativa de cada um;
- IX - baixar atos que consubstanciem as deliberações da Diretoria;
- X - admitir, movimentar, comissionar, dispensar e punir os servidores da Companhia, na forma da regulamentação aprovada e da legislação vigente, podendo delegar tais poderes;
- XI - requisitar servidores da Administração Direta, Indireta, ou Fundacional, Federal, Estadual ou Municipal;
- XII - submeter ao Conselho de Administração, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício de cada ano, o relatório anual da Diretoria, os balanços patrimonial e financeiro, o demonstrativo de lucros e perdas e o parecer do Conselho Fiscal;
- XIII - fazer publicar o relatório anual da Diretoria;



XIV - praticar atos de urgência "ad referendum" da Diretoria, justificados na primeira reunião a seguir;

XV - assinar, em conjunto com o Diretor de Administração e Finanças, ou com o Superintendente de Operações, ou com o Chefe de Gabinete:

- a) a emissão, o aceite, o aval ou o endosso de títulos cambiais de qualquer natureza;
- b) os documentos relativos a abertura e movimentação de recursos ou contas bancárias;
- c) os contratos ou documentos que criam obrigações financeiras para a Companhia;
- d) os instrumentos ou atos de alienação de bens ou de imóveis da Companhia, ressalvado o disposto neste Estatuto e na legislação em vigor.

XVI - ordenar as despesas da Companhia, podendo delegar ao Diretor de Administração e Finanças ou Superintendente de Operações, observadas as disposições legais;

XVII - Os atos enumerados nos incisos XV e XVI, nas faltas, impedimentos e eventuais ausências do Diretor Presidente poderão ser assinados, em conjunto, pelo Diretor de Administração e Finanças e o Superintendente de Operações;

Art. 38 - As atribuições dos demais Diretores serão fixadas por resolução do Conselho de Administração, com ciência posterior à Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

Do Conselho Fiscal

Art. 39 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos para Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

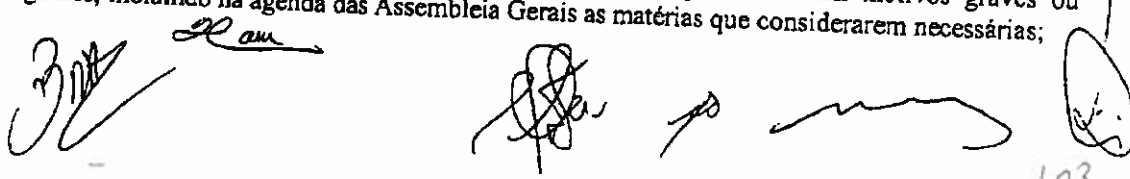
Art. 40 - Na constituição do Conselho Fiscal serão observadas as seguintes exigências:

- I - A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável;
- II - Os membros do Conselho Fiscal terão que ser diplomados em curso de nível superior universitário ou que tenham exercido, por um prazo mínimo de 3 (três) anos, cargos de Administrador de Empresa ou Conselheiro Fiscal.

Art. 41 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior a 1/10 (um décimo) que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada a participação de lucros.

Art. 42 - Compete ao Conselho Fiscal da Companhia:

- I - Fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II - Opinar sobre o relatório anual dos Administradores, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- III - Opinar sobre as propostas dos órgãos de Administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativos à modificação do Capital Social, a emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV - Denunciar aos Órgãos da Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências úteis à Companhia;
- V - Convocar a Assembleia Geral Ordinária se os Órgãos da Administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias;



- 13
- VI - Analisar, ao menos bimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas, periodicamente, pela Companhia;
VII - Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

CAPÍTULO IX

Do Conselho Consultivo

Art. 43 - O Conselho é órgão de orientação colegiada, sem poder deliberativo, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez) membros, indicados pela Diretoria e nomeados pelo Conselho Administrativo da Companhia.

§ 1º - Os membros do Conselho consultivo terão mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição;

§ 2º - Os membros do Conselho Consultivo escolherão, entre seus pares, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho;

§ 3º - Em caso de vacância de cargo de qualquer membro do Conselho Consultivo, dar-se-á sua substituição por outro membro do Conselho Consultivo, indicado pelos seus pares;

§ 4º - Quando por vacância de cargo, ou cargos, a composição do Conselho Consultivo for inferior à 3 (três) membros, a Diretoria indicará o novo membro que completará o mandato do substituído.

Art. 44 - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente trimestralmente, e extraordinariamente sempre que convocado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia.

§ 1º - o "quorum" mínimo para a instalação e decisão das reuniões do Conselho Consultivo será de 3 (três) membros.

§ 2º - As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 45 - Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados.

Art. 46 - Compete ao Conselho Consultivo, sempre que consultado:

- I - opinar sobre a orientação dos negócios da Companhia;
- II - opinar sobre a modificação dos objetivos sociais;
- III - opinar sobre a política da Companhia junto a comunidade;
- IV - elaborar o seu Regimento Interno;
- V - lavrar as atas de suas reuniões.

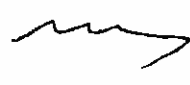
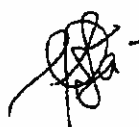
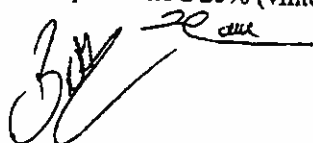
CAPÍTULO X

Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Art. 47 - O exercício social coincidirá com o exercício civil, processando-se nos termos da lei ao final de cada exercício, o balanço geral para apuração de lucros e perdas.

§ 1º - Do lucro líquido, feitas as provisões financeiras para despesas administrativas e de capital deduzir-se-ão:

- I - 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de Reserva Legal, até que alcance o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social, a fim de assegurar sua integridade;



- 14
- II - Valor para a constituição do Fundo de Manutenção do Capital de Giro, de acordo com a legislação em vigor;
 - III - Valores a serem fixados pela Assembleia Geral para constituição de outras reservas que a lei autorizar;
 - IV - 10% (dez por cento) para distribuição do dividendo obrigatório.

§ 2º - Havendo saldo após as deduções referidas no parágrafo anterior, caberá à Assembleia Geral autorizar sua destinação.

Art. 48 - A prestação de contas da Diretoria, com parecer do Conselho de Administração, deverá ser submetida à Assembleia Geral, e conterá:

- I - Balanço Patrimonial;
- II - Demonstração de Lucros e Perdas;
- III - Balanço Financeiro;
- IV - Demonstrativo de Execução Orçamentária.

Parágrafo único - Após sua aprovação pela Assembleia Geral, a prestação de contas da Companhia será enviada ao Chefe do Executivo do Município de Niterói, para ciência, encaminhando-se aos órgãos fiscalizadores previstos em lei.

Art. 49 - O exercício social e financeiro da Companhia será iniciado na data da publicação dos atos de sua constituição.

CAPÍTULO XI

Dos Recursos da Companhia

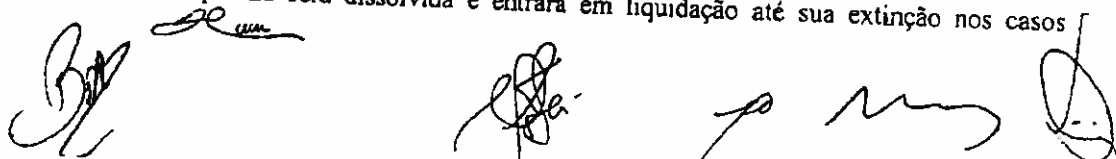
Art. 50 - Os recursos com os quais a Companhia contará para realização do seu objetivo social, além dos já previstos, serão:

- I - A receita proveniente das subvenções e dotações orçamentárias em função da permanente coleta, transporte e disposição final do lixo residencial, comercial e industrial, conforme o disposto na legislação municipal vigente;
- II - A receita proveniente da coleta de lixo nos estabelecimentos comerciais, industriais e residências unifamiliares, cuja produção diária ultrapasse o limite estabelecido na legislação municipal;
- III - A receita proveniente das subvenções e dotações orçamentárias em função da prestação de serviços de limpeza de logradouros públicos;
- IV - A receita proveniente da prestação de outros serviços ligados à atividade da Companhia e prestados a particulares ou aos órgãos públicos;
- V - A receita proveniente de multas;
- VI - A receita proveniente de alugueres, permissões ou concessões;
- VII - O Produto das operações de créditos e financeiros;
- VIII - A receita proveniente da venda de materiais e produtos recuperados ou processados a partir do lixo;
- IX - O produto da alienação de bens imóveis, máquinas e materiais inservíveis ou obsoletos;
- X - As indenizações e restituições devidas a Companhia;
- XI - Auxílios, doações e subvenções decorrentes de dotações Federais, Estaduais ou Municipais;
- XII - Auxílios, doações e legados de qualquer natureza.

CAPÍTULO XII

Da Dissolução, Liquidação e Extinção

Art. 51 - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação até sua extinção nos casos



legalmente estabelecidos.

Parágrafo único - Compete a Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhe os respectivos honorários.

Art. 52 - No caso de extinção da Companhia, os bens móveis e imóveis integrantes do seu patrimônio reverterão ao do Município de Niterói, após o pagamento das dívidas e a realização do ressarcimento do valor das ações de seu capital.

CAPÍTULO XIII

Do Quadro de Pessoal

Art. 53 - A Companhia terá quadro próprio de pessoal, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, com remuneração mensal compatível com os cargos, funções, condições do serviço e do mercado de trabalho de Niterói.

Art. 54 - A Companhia poderá utilizar, para o desempenho de suas atividades, funcionários e servidores colocados à sua disposição no valor correspondente ao nível salarial do cargo ou função que estiverem ocupando.

§ 1º - Os servidores públicos colocados à disposição da Companhia deverão declarar, expressa e previamente, sua ausência ao horário de trabalho e as normas internas da Companhia, inclusive salariais;

§ 2º - Aos empregados da Companhia aplicam-se as disposições disciplinares do Regulamento de Pessoal da Companhia subsidiariamente às normas legais.

Art. 55 - Independente do quadro fixo de Pessoal, a Companhia poderá contratar pessoa física ou jurídica para prestação de serviços.

Art. 56 - A Companhia poderá promover, inclusive mediante convênios cursos de seleção e formação profissional do pessoal necessário aos seus serviços possibilitando o estágio de técnicos em outros centros de igual ou maior desenvolvimento.

Parágrafo Único - A Companhia, além do quadro de Pessoal estabelecido no "caput" deste Artigo, terá Cargos de confiança, de livre nomeação e exoneração, pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO XIV

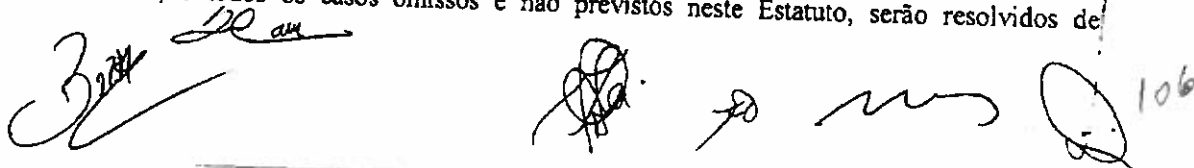
Das Disposições Finais

Art. 57 - As compras, obras e serviços realizados pela Companhia serão regidas pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, observando-se os princípios e institutos legais aplicáveis.

Art. 58 - É vedado a Companhia conceder fiança a terceiros, sob qualquer modalidade, em negócios estranhos às suas atividades, bem como realizar contribuições ou conceder auxílios não consignados em seu orçamento.

Art. 59 - A Diretoria da Companhia elaborará, no prazo de 60(sessenta) dias da investidura, o anteprojeto de Regimento Interno a ser submetido a aprovação do Conselho de Administração.

Art. 60 - A Companhia passará a funcionar a partir da data da publicação de seus atos constitutivos, e todos os casos omissos e não previstos neste Estatuto, serão resolvidos de



conformidade com a lei 6.404, de 15.12.76 e pelas demais disposições legais vigentes.

A consolidação da reforma parcial do Estatuto Social, foi aprovada em reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2013.


DAYSE NOGUEIRA MONASSA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




CLÁUDIA DE OLIVEIRA NEVES SARAIVA
PRESIDENTE DA CLIN




MARCELLINO TOSTES PICANÇO
ACIONISTA


DOMICIO MASCARENHAS DE ANDRADE
ACIONISTA


BRAZ LUIS SOUTO COLOMBO
ACIONISTA

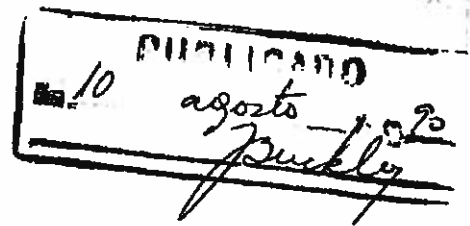

MARIA CÉLIA VASCONCELLOS
ACIONISTA

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Nome: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI
Nire: 33.3.0002791-2
Protocolo: 00-2013/512362-3 - 25/10/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 31/10/2013. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
00002557694
DATA: 31/10/2013

Valéria S. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Nome: COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI
Nire: 33.3.0002791-2
Protocolo: 00-2013/512362-3
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
00002557694
DATA: 31/10/2013

Valéria S. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL



DECRETO Nº 5949/90



O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, de acordo com o artº 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Niterói, e tendo em vista o disposto no art.5º do Decreto 5798, de 11.01.90, e

CONSIDERANDO que o grande esforço desenvolvido pela administração municipal, com vistas à melhoria da limpeza pública, vem sendo prejudicado, em parte, pela inexistência de regulamentação específica e atualizada;

CONSIDERANDO que o transporte e a disposição final dos resíduos, provenientes de obras de construção, reforma e demolição, de forma inadequada, tem se constituído em sério obstáculo à eliminação de vazadouros irregulares de lixo, causando graves prejuízos à operação de limpeza pública, à preservação do meio ambiente, ao bem estar e à saúde da população,

D E C R E T A :

Art. 1º - A disposição, coleta, transporte e destinação final dos resíduos provenientes de obras de construção, reforma ou demolição, serão regidos pelas disposições deste Decreto.

Art. 2º - Constituem obrigações de proprietários e responsáveis pelas obras:

I - manter permanentemente limpo e conservado o trecho fronteiro à obra;

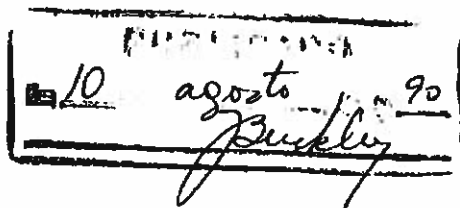
II - não dispor resíduos no passeio ou via pública;

Art. 3º - Em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto a coleta dos resíduos poderá ser feita em prejuízo do trânsito de pedestre ou de veículos, bem como da limpeza pública.

Handwritten mark



2



Art. 4º - O transporte de resíduos, de qual quer natureza, por terceiros, somente poderá ser feito com a prévia autorização da CLIN.

§ 1º - A autorização deverá conter informações sobre a carga transportada, sua origem e destino.

§ 2º - Os veículos transportadores serão obrigatoriamente cadastrados na CLIN.

Art. 5º - Os veículos transportadores de materiais a granel, tais como terra, aterro, entulho de obra, areia, barro, escória, serragem e similares, deverão ser dotados de cobertura e sistema de proteção que impeçam o seu derramamento nas vias públicas.

Art. 6º - Os veículos transportadores de resíduos pastosos, como argamassa de concreto, ou lama, deverão ter carrocerias estanques, de modo a evitar o seu derramamento nas vias públicas.

Art. 7º - É proibido transitar com veículos cujas rodas estejam sujas, comprometendo a limpeza pública.

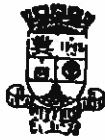
Art. 8º - As transgressões às disposições deste Decreto, dependendo da gravidade, poderão acarretar a apreensão dos veículos, sem prejuízo da aplicação de multas previstas na legislação.

Art. 9º - Eventuais danos causados, em decorrência das atividades reguladas por este Decreto, serão reparados pelo responsável, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

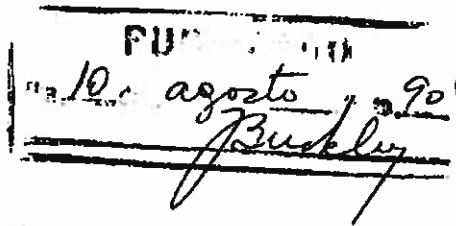
Parágrafo único - Se os danos forem reparados pela CLIN, esta cobrará os custos dos serviços ao responsável pela infração, acrescidos da taxa de 20% (vinte por cento).

Art. 10 - A CLIN poderá baixar normas reguladoras

7



3



lamentando as disposições constantes deste Decreto.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na da
ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 09 DE
AGOSTO DE 1990.


JORGE ROBERTO SILVEIRA
PREFEITO



DECRETO Nº 5948/90

PUBLICADO

09, agosto 1990

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI

de acordo com o art. 66, incisos VI, e XIV da Lei Orgânica do Município de Niterói, e tendo em vista o disposto nos artigos 39 da Lei nº 140, de 19.01.78, e 5º do Decreto nº 5798, de 11.01.90, e,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e procedimentos relativos às atividades de limpeza pública no Município;

CONSIDERANDO a conveniência de regulamentar o exercício do poder de polícia sanitária, no âmbito da limpeza pública, como instrumento necessário ao desenvolvimento de programas de manutenção dos sistemas de acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos aqui produzidos.

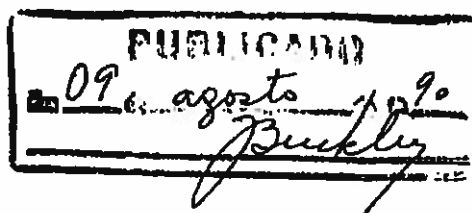
D E C R E T A:

Art. 1º - Os serviços de limpeza pública do Município de Niterói serão executados e fiscalizados pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN.

Art. 2º - Os serviços de limpeza pública compreendem as seguintes atividades:

- I - normalização dos sistemas de acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos produzidos no Município;
- II - operações de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados no Município, exceto os de natureza tóxica, corrosiva, explosiva e radioati

Handwritten signature



va, objeto de legislação específica;

III - o exercício do poder de polícia sanitária, nos termos da legislação municipal aplicável.

§1º-O acondicionamento e o armazenamento de todos os resíduos sólidos produzidos no Município, em imóveis residenciais ou não, são de responsabilidade exclusiva dos respectivos proprietários ou ocupantes,

§2º-A CLIN executará os serviços de limpeza pública, relativos à coleta de lixo domiciliar e do lixo público, diretamente ou mediante contratação de serviço com terceiros, na forma da lei.


§3º-A coleta, transporte, tratamento e destinação final de todos os resíduos, sólidos ou líquidos não classificados no parágrafo anterior, são de responsabilidade exclusiva do gerador dos detritos, e serão executados de acordo com normas específicas e com prévia autorização da CLIN.

Art. 3º- A CLIN submeterá à aprovação do Prefeito as normas específicas reguladoras das atividades a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º - A CLIN deverá elaborar e encaminhar ao Prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta de revisão das penalidades previstas no Código de Posturas do Município, a ser submetida à Câmara Municipal de Niterói.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 08 de agosto de 1990.


JORGE ROBERTO SILVEIRA
PREFEITO



PUBLICADO

Em 12 de Janeiro de 1990

DECRETO 5798 - DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com base no disposto da Lei 744 de 29 de junho de 1989, e

CONSIDERANDO a constituição da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN, sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, vinculada, administrativamente, à Governadoria Municipal;

CONSIDERANDO, também, que a aludida Companhia terá como finalidade a administração, prestação e melhoria dos serviços públicos de limpeza urbana do Município de Niterói e demais atribuições que tratam os incisos de I a IV do artigo 1º da Lei 744, de 29 de junho de 1989;

CONSIDERANDO, a determinação legal da extinção do DLP - Departamento de Limpeza Pública, quando da criação da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN, na conformidade do artigo 3º daquela forma legal, consumado pelo Decreto

CONSIDERANDO ainda, que se torna inadiável a instalação da CLIN, tratando-se de serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO que não pode ocorrer solução de continuidade na prestação de tais serviços à cidade, sob pena de ocasionar sérios prejuízos à continuidade do trabalho que vinha sendo realizado pelo extinto Departamento de Limpeza Pública - DLP;

CONSIDERANDO as dificuldades para a instalação dos serviços em razão da inexistência de quadro próprio de pessoal cuja contratação se apresenta vedada, mormente com relação ao pessoal não qualificado;

CONSIDERANDO a possibilidade do aproveitamento do pessoal até então lotado no extinto Departamento de Limpeza Pública - DLP, sem qualquer aumento do número de seus integrantes,

DECRETA:



-fls.02-

PUBLICADO

12 de janeiro de 1990
C. A. C. C. C.

Art. 1º - Ficam deferidos à Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN, a posse, guarda e administração dos bens móveis e imóveis vinculados ao Departamento de Limpeza Pública - DLP, na forma do que dispõe o § 2º do artigo 3º, da Lei 744, de 29 de junho de 1989 e o Decreto 5797/90.

Art. 2º - Os servidores municipais do extinto Departamento de Limpeza Pública - DLP, passam a exercer suas atribuições na CLIN, atendendo à imperiosa necessidade da continuidade do trabalho até então prestado àquele Departamento.

§ 1º - Fica assegurada aos servidores estatutários postos à disposição da CLIN, a permanência no regime jurídico do cargo originariamente ocupado, com todos os direitos e vantagens decorrentes.

§ 2º - Serão estabelecidas em regulamento, na forma do que dispõe o art. 4º da Lei 744/89, as normas e as condições para aproveitamento no quadro de pessoal da empresa.

Art. 3º - Para custeio de suas finalidades competirá à CLIN:

- I - Arrecadar as receitas especializadas de qualquer natureza, já estabelecidas ou que venham a ser fixadas, correspondentes aos serviços de limpeza urbana na forma dos dispositivos legais e regulamentares específicos;
- II - A utilização de saldos e dotações orçamentárias, fundos, créditos ou receitas especializadas de qualquer natureza, vinculados aos serviços mencionados no item anterior, a título de subvenção nos termos do § 3º, inciso II, art. 12, da Lei 4320 de 17 de março de 1964, levados a crédito do

JK



-fls.03-

PUBLICADO

12 de janeiro de 1990
Jorge Roberto Silveira

Município no que se refere à letra "b", do art.2º, da Lei 744, de 29 de junho de 1989

Art. 4º - As Secretarias de Fazenda, de Administração, de Obras e Serviços Públicos, o Gabinete do Prefeito e a CLIN, adotarão, nas áreas de suas competências, respectivamente, as providências necessárias à transferência para a CLIN:

- a) Dos recursos de qualquer natureza especificamente vinculados a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana;
- b) Sem solução de continuidade e, pelo meio hábil e mais econômico, dos encargos de qualquer natureza, atualmente em curso, relativos aos serviços de limpeza urbana;
- c) Das tarifas e encargos relacionados com a cobrança da receita que lhe é destinada.

Art. 5º - Ficam transferidos do Departamento de Limpeza Pública - DLP, da Governadoria Municipal, para a CLIN, todos os direitos, encargos, obrigações e responsabilidades referentes aos serviços de limpeza urbana.

Parágrafo Único - A CLIN assumirá, mediante termos aditivos, especialmente, as obrigações e os direitos oriundos de contratos celebrados pelo Município de Niterói, dentro da esfera de atribuições do Departamento de Limpeza Pública para a realização de obras e serviços em curso, ficando responsável por sua execução e liquidação.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jorge Roberto Silveira
PREFEITO

/CMGR



PUBLICADO

Em 24 de novembro de 1989

[Signature]

DECRETO 5758 - DE 23

DE NOVEMBRO DE 1989.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, de acordo com a Lei 744 de 29 de junho de 1989,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o projeto do Estatuto da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN, a ser submetido à deliberação dos subscritores do seu capital inicial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[Signature]
Jorge Roberto Silveira
PREFEITO

ESTATUTO DA COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI

CAPÍTULO I DA SOCIEDADE E SEUS FINS

Art. 1º - A COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI, doravante denominada simplesmente por Companhia, é uma sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada a constituir-se pela Lei Municipal nº 744, de 28 de junho de 1989, vinculada ao Chefe do Poder Executivo do Município de Niterói, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado, sede e foro no Município de Niterói - Estado do Rio de Janeiro, podendo instalar subsidiárias, instalações, escritórios ou representações em qualquer ponto do território nacional, mediante proposta da diretoria, encaminhada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Art. 3º - A Companhia tem autonomia administrativa e financeira, tendo por objeto social a administração, prestação e melhoria dos serviços públicos de Limpeza Urbana do Município de Niterói, através da exploração dos serviços abaixo mencionados, além de outras atribuições na atividade de limpeza urbana:

- I - A limpeza de logradouros públicos;
- II - A coleta de lixo residencial, hospitalar, comercial e industrial;
- III - A recuperação, industrialização e comercialização de todo resíduo sólido e seus derivados;
- IV - A instituição, a cobrança e a arrecadação de preços e tarifas pela prestação de serviços públicos e especiais de limpeza e remoção de lixo;
- V - Outras compatíveis com os itens precedentes.

§ 1º - A Companhia caberá cumprir e fazer cumprir as normas legais sobre limpeza pública e a aplicação de penalidades por infrações a essas normas, diretamente ou mediante convênio.

§ 2º - Para o desempenho de suas atribuições a Companhia poderá atuar diretamente ou mediante contratação de terceiros, inclusive quanto aos serviços de consultoria, estudos e projetos, bem como celebrar convênios, observada a legislação aplicável.

Art. 4º - Para a realização de seus objetivos poderá a Companhia constituir subsidiárias, mediante autorização legal, detendo pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) de seu capital votante, ajustar quaisquer contratos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, em qualquer caso a critério conveniente direta ou executora, tudo nos termos das disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O capital social é de NCz\$ 7.344.630,00 (sete milhões trezentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e trinta cruzados novos) dividido em 7.344.630 ações ordinárias nominativas, de uma só classe, no valor nominal de NCz\$ 1,00 (um cruzado novo) cada uma.

§ 1º - A cada ação ordinária corresponderá o direito de 1 (um) voto nas deliberações da Assembléia Geral de Acionistas.

§ 2º - A Companhia poderá emitir certificados dos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelares que as representem, assinados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro.

Art. 6º - Fica, desde já, autorizado o aumento de capital até o montante de NCz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados novos) com a emissão de ações ordinárias nominativas a ser subscrito:

a) Por novos aportes em bens, que vierem a ser incorporados pelo Município de Niterói;

b) Com o aporte em moeda corrente, dos saldos orçamentários e eventuais reservas de contingência a serem transferidos à Companhia nos termos do inciso anterior;

c) Com novos aportes em moeda corrente pelos acionistas ou terceiros.

§ 10 - O capital social corresponderá, em cada momento, ao valor nominal de todas as ações emitidas.

§ 20 - O laudo pericial de fixação dos valores dos bens de que trata a letra a deste artigo será realizado por comissão designada pelo Conselho de Administração da Companhia.

§ 30 - As emissões serão deliberadas pelo Conselho de Administração, respeitado sempre o percentual de que trata o artigo 90 deste Estatuto e as preferências proporcionais dos demais acionistas.

Art. 70 - Até que se complete a subscrição e integralização do capital autorizado, os aumentos independem de modificação estatutária, sendo subscrito:

I - Pelo Município de Niterói:

a) Por novos aportes de bens, observada a rotina prescrita no artigo precedente;

b) Por recursos oriundos de créditos Públicos autorizados por lei;

c) Por recursos públicos alocados à Companhia.

II - Por novos aportes em moeda corrente dos demais acionistas ou terceiros.

§ 10 - Dentro do limite do capital autorizado e independente de nova deliberação da Assembleia Geral, competirá à Diretoria, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Conselho de Administração, emitir ações do capital social.

§ 20 - A deliberação da Diretoria da Companhia que aprovar a emissão de ações do capital autorizado, constará necessariamente do livro de Atas de Reuniões da Diretoria, indicando expressamente:

a) O número de ações a serem emitidas;

b) A forma e o prazo para a subscrição das ações;

c) As condições de exercício do direito de preferência à subscrição, para os acionistas da Companhia;

d) Os prazos e as condições de integralização das ações em moeda corrente;

e) A decisão do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal, relativamente ao aumento do capital subscrito.

§ 3º - Quando as ações forem subscritas ou colocadas por valor superior ao nominal, a importância excedente será registrada em conta do Passivo Não Exigível como reserva de capital, podendo ser aplicada por deliberação da Diretoria previamente autorizada pelo Conselho de Administração, na absorção de eventuais prejuízos, no aumento de capital pela sua incorporação e/ou na aquisição pela Companhia de suas ações em circulação.

§ 4º - No prazo de até 30 (trinta) dias após cada emissão de ações do capital autorizado, proceder-se-á o registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro do aumento do capital subscrito.

Art. 8º - Para o exercício de preferência de que trata a alínea "c" do § 2º do artigo 7º do presente Estatuto, a Companhia fará publicar Editais no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação, da sede da Companhia comunicando aos acionistas a deliberação de emitir ações para subscrição e assegurando-lhes o exercício de tal direito, que, obedecido o critério legal da proporcionalidade, deverá ser manifestado à Companhia no prazo de 30 (trinta) dias da data da primeira publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º - Os Editais de que trata este artigo indicarão a quantidade de ações a serem emitidas, o valor da subscrição, a forma e o prazo para a sua integralização.

§ 2º - Expirado o prazo para o exercício do direito de preferência aqueles acionistas que declararem, no ato da subscrição seu interesse pelas sobras, que as subscreverão, inicialmente, na proporção acionária de cada um, e, após atendidos todos os pedidos de sobras, na quantidade que desejarem.

§ 3º - As ações não subscritas poderão ser adquiridas pela Companhia, mediante utilização de lucros ou reservas próprias existentes.

§ 49 - As ações adquiridas pela Companhia, de conformidade com o parágrafo anterior, enquanto mantidas em Tesouraria, não terão direito a voto, nem participação dividendos.

§ 50 - Por deliberação da Diretoria, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Conselho de Administração, após consulta dos acionistas, para o exercício do direito de preferência, poderá a companhia recolocar ou vender ações que possuía em Tesouraria.

Art. 90 - O Município de Niterói, nos termos da legislação em vigor, deverá manter sempre participação acionária mínima de 51% (cinquenta e um por cento) do capital subscrito da Companhia.

Parágrafo Único - Os aumentos do capital da Companhia que venham a ocorrer, só poderão ser realizados se o Município de Niterói, subscrever novas ações emitidas em volume suficiente para manter o limite mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) de participação acionária no Capital Social.

CAPÍTULO III LIMITAÇÕES A CIRCULAÇÃO DAS AÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL

Art. 10 - A circulação das ações representativas do capital da Companhia, estará sempre subordinada à observância dos seguintes requisitos:

I - O acionista que desejar vender suas ações, ou exercer seus direitos de preferência, deverá manifestar esta intenção à Diretoria da Companhia, por escrito, mencionando o preço e condições de pagamento pretendidos. A Diretoria, então, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento desta manifestação, comunicará o fato aos demais acionistas, por escrito ou por Edital publicado no Órgão Oficial do Município e em jornal de grande circulação. Feita a comunicação pela Diretoria, os acionistas deverão manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias após a data da comunicação por escrito ou após o Edital, sobre seu interesse na compra das ações oferecidas.

II - Decorrido o prazo concedido aos acionistas para exercer direito de preferência de que trata a alínea precedente, sem

se este tenha sido exercido, ficará liberado o acionista que desejar desfazer-se de suas ações, para vendê-las a terceiros, observados, porém, o preço e as condições de sua oferta inicial.

III - A transmissão de ações não será de nenhuma forma efetivada pela Companhia quando implicar em quebra dos princípios fixados neste Estatuto, cabendo à Diretoria promover a oferta das ações em questão aos demais acionistas, na forma e no prazo previstos nas alíneas I e II do presente artigo.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que for necessário o pronunciamento dos acionistas, instalada em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na falta ou impedimento, por acionista eleito ou aclamado, e os trabalhos serão secretariados por acionista por ele escolhido.

Art. 12 - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções legalmente previstas, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

Art. 13 - A Assembléia Geral reunir-se-á por convocação processada na forma da legislação em vigor.

Art. 14 - A Assembléia Geral Ordinária compete deliberar com exclusividade sobre os assuntos previstos no artigo 132 da Lei Federal 6404 de 15.12.76, e a Assembléia Geral extraordinária sobre os demais casos previsto em lei e neste Estatuto, podendo ambas serem convocadas cumulativamente, realizadas no mesmo local, data e horário, e instrumentada em ata única.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 16 - São órgãos da Administração da Companhia, o Conselho de Administração e a Diretoria.

Parágrafo Único - São Administradores da Compa
os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, com os de
e responsabilidades que lhes são atribuídas pela Lei 6404 de
12.76.

Art. 17 - Os Administradores da Companhia deverão
pessoas naturais, residentes no país, e, ainda, acionistas os mem
do Conselho de Administração.

Art. 18 - Os Administradores da Companhia serão
vestidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavra
no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Di
toria, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à e
ração.

Art. 19 - Cada Administrador da Companhia, dentro
prazo de sua investidura, caucionará ações da Companhia, próprias ou
terceiros, como garantia da responsabilidade de sua gestão.

§ 1º - A caução, de que trata o presente artigo,
poderá ser levantada após aprovação das contas referentes ao
exercício, antes da vacância do respectivo cargo.

§ 2º - Quando a caução não for prestada, no prazo
estabelecido no artigo 18 do presente Estatuto, o cargo será considera
vago, procedendo-se nova escolha, de acordo com o disposto nos arti
21 e 30 do presente Estatuto.

§ 3º - O prazo para a prestação de caução poderá
prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que haja solicitação,
escrito e com justificativa, do interessado ao Conselho de Adminis
ração, que decidirá sobre a questão.

Art. 20 - Os Administradores devem servir com le
dade à Companhia, mantendo, no quanto couber, reserva sobre seus pró
prios negócios.

Parágrafo Único - Os Administradores devem zelar
que não haja violação do presente artigo, por subordinados ou por
outros de confiança.

Art. 21 - Os Administradores não são responsáveis
pessoalmente, pelas obrigações que contrariem em nome da Companhia
virtude do ato regular e obrigatório de gestão, respondem, porém,
mente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

I - Dentro de suas atribuições ou poderes, com

culpa ou dolo;

II - Com violação de Lei ou do Estatuto.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 22 - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 12 (doze) membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida reeleição.

Art. 23 - A Assembleia Geral logo após a eleição, de que trata o artigo anterior, escolherá, dentre os membros eleitos indicados pelo acionista majoritário como seus representantes, o Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração.

Art. 24 - Em caso de vacância de cargo de qualquer membro do Conselho de Administração preenchido pela Assembleia Geral, os demais membros escolherão o substituto até a realização da primeira Assembleia Geral, que elegerá então novo membro para ocupar o cargo e completar o mandato do substituído.

§ 1º - Nos impedimentos ocasionais e temporários de qualquer membro do Conselho de Administração, dar-se-á sua substituição por outro membro do Conselho indicado pelo impedido ou na falta desta indicação, os demais escolherão o membro substituto.

§ 2º - Quando por vacância de cargo, ou cargos, a composição do Conselho de Administração for inferior a 5 (cinco) membros, será convocada a Assembleia Geral para seu preenchimento no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência, completando o novo membro eleito o mandato do substituído.

Art. 25 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante carta convocatória.

§ 1º - O "quorum" mínimo para instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração será de 5 (cinco) membros.

§ 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente, se for o caso, o voto ordinário e sempre

que necessário o de qualidade.

Art. 26 - Ocorrendo ausência injustificada de membro do Conselho de Administração a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 10 (dez) reuniões ordinárias e ou extraordinárias, intercaladas, será declarada a vacância do cargo.

Parágrafo Único - O preenchimento do cargo declarado vago será feito na forma estabelecida no artigo 20, "caput", e seu parágrafo 2º.

Art. 27 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração, será efetuada em forma de "jeton", por reunião ordinária mensal, equivalente a 10% (dez por cento) dos honorários mensais do Diretor Presidente, sendo vedada participação nos lucros da Companhia, na forma da lei.

§ 1º - Para aplicação do presente artigo considera-se remuneração o total da soma dos valores atribuídos a título de honorários e representação.

§ 2º - Não se aplica o disposto neste artigo aos membros do Conselho de Administração que pertençam a Diretoria da Companhia.

Art. 28 - Compete ao Conselho de Administração:

I - Fixar a orientação dos negócios da Companhia e as normas de seu funcionamento;

II - Eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia exceto o Diretor Presidente, que é cargo privativo da Vice Presidência do Conselho de Administração, e cometer-lhes atribuições complementares às fixadas neste Estatuto;

III - Fiscalizar a gestão da Diretoria da Companhia, manifestando sobre o relatório da administração, contas, balanços patrimonial e financeiro, demonstrativo de lucros e perdas, e propostas de distribuição de lucros líquidos, para apresentação à Assembleia Geral;

IV - Convocar, quando for o caso, as Assembleias Gerais Ordinárias e ou extraordinárias nas épocas próprias, obedecendo o disposto neste Estatuto e na legislação vigente;

V - Manifestar-se previamente sobre atos e contratos, inclusive de empréstimos e financiamentos, a serem assinados pela Companhia e de valor superior a 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito;

VI - Deliberar sobre a emissão e colocação de ações

aumento do Capital Social subscrito, dentro do limite do Capital Social autorizado;

VII - Autorizar a prática de atos que impliquem de qualquer forma em alienação de bens do ativo permanente da Companhia, constituição de ônus, reais ou não, penhor, caução, fiança ou prestação de garantia a obrigações de terceiros, e de valor superior a 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito;

VIII - Autorizar a aquisição ou constituição de bens a serem incorporados ao ativo fixo da Companhia, e de valor superior a 30% (trinta por cento) do Capital Social subscrito;

IX - Aprovar normas, prazos e taxas para concessão de créditos e financiamentos a terceiros;

X - Promover a escolha, contratação e destituição de diretores independentes;

XI - Manifestar-se sobre os Planos de expansão, programas de investimento, orçamentos, projetos e programas de trabalho, anuais ou plurianuais, da Companhia;

XII - Manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria da Companhia, e qualquer matéria cuja deliberação seja de competência da Assembléia Geral;

XIII - Autorizar a participação acionária no Capital de outras sociedades;

XIV - Propor à Assembléia Geral a criação, dissolução ou transformação de empresas subsidiárias;

XV - Propor à Assembléia Geral a alteração do capital autorizado da Companhia;

XVI - Propor à Assembléia Geral a modificação dos objetivos sociais;

XVII - Autorizar o afastamento temporário de qualquer membro do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;

XVIII - Aprovar a proposta de Regimento Interno da Companhia;

XIX - Elaborar o seu Regimento Interno;

XX - Lavrar as atas de suas reuniões;

XXI - Deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto, especificamente quanto aos assuntos relacionados ao artigo 142 da Lei Federal 6404 de 15.12.76.

CAPÍTULO VII DA DIRETORIA

Art. 29 - É o órgão de administração executiva da Companhia cabendo-lhes precipuamente executar as diretrizes fundamentais, e aplicar as normas gerais, baixadas, pelos demais órgãos da Companhia, dentro dos objetivos por eles fixados.

Art. 30 - A gestão das atividades da Companhia será exercida em nível executivo pela Diretoria, constituída por um Diretor Presidente, um Diretor de Operações, um Diretor de Serviços Especiais, um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro.

Art. 31 - A Companhia é dirigida pelo Diretor Presidente coadjuvado pelos demais membros Diretores.

§ 1º - O cargo de Diretor Presidente é privativo do Vice-Presidente do Conselho de Administração, e terá um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 2º - Os demais membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia e terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 3º - Os Diretores de Operações, de Serviços Especiais, Administrativo e Financeiro são destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, de acordo com o artigo 28 II, deste Estatuto.

§ 4º - Os membros da Diretoria da Companhia não poderão afastar do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem licença e aprovação do Conselho de Administração, sob pena de destituição.

Art. 32 - Nos impedimentos ocasionais ou temporários de qualquer membro da Diretoria, dar-se-á sua substituição por outro Diretor da seguinte forma:

I - Caberá ao Diretor Presidente substituir o Diretor de Operações, o Diretor de Serviços Especiais, o Diretor Administrativo e o Diretor Financeiro;

II - Caberá ao Diretor de Operações e ao Diretor Administrativo, sucessivamente, substituir o Diretor Presidente.

Art. 33 - Em caso de vacância de cargo dos membros da Diretoria, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência, o Conselho de Administração elegerá novo Diretor para o cargo vago, que completará o mandato substituído.

§ 19 - Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente aplicar-se-á o estabelecido no artigo 24, "caput", observando-se o que dispõe o artigo 23 do presente Estatuto.

§ 20 - Após a vacância do cargo e até a eleição pelo Conselho de Administração, quando for o caso, do novo Diretor, obedecida a ordem de substituição prevista no artigo anterior.

Art. 34 - Terminados os mandatos, os Diretores permanecem em pleno exercício de suas atribuições até a posse e investidura de seus substituídos, ou quando reeleitos, até nova posse.

Art. 35 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por semana, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor Presidente.

§ 19 - O "quorum" mínimo para instalação e deliberação das reuniões da Diretoria será de (dois) membros, um dos quais será obrigatoriamente o Diretor Presidente.

§ 20 - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ainda ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

§ 30 - Das decisões da Diretoria, no prazo de 3 (três) dias, por qualquer Diretor caberá interposição de recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Administração, que se manifestará em 5 (cinco) dias.

Art. 36 - Os membros da Diretoria, acionista ou não da Companhia, perceberão a remuneração, nela já incluída honorários e verba de representação, que for fixada pela Assembléia Geral, com base nos seguintes valores: Diretor Presidente 95% (noventa e cinco por cento) da remuneração dos Secretários do Município de Niterói e os demais Diretores 90% (noventa por cento) da remuneração bruta dos Secretários do Município.

Parágrafo Único - O funcionário da Companhia que for designado para ocupar cargo na Diretoria poderá optar entre receber honorários e representação atribuídos à Diretoria ou perceber seu salário acrescido de 70% (setenta por cento) da remuneração correspondente ao cargo de Diretor, até o limite de 12 (doze) pagamentos anuais.

Art. 37 - Compete a Diretoria, ressalvadas as atribuições de outros órgãos da Companhia:

tidas ao Conselho de Administração, que decidirá "ad referendum" da Assembleia Geral;

XIV - Elaborar o relatório anual da gestão da Diretoria para a Assembleia dos Conselhos de Administração e Fiscal;

XV - Aprovar contratos, termos de transação, convênios e a bem como eventuais operações financeiras no giro da atividade social;

XVI - Decidir sobre a forma de licitação para as compras, o e serviços a serem contratados pela Companhia, observando-se o disposto no Decreto-Lei Federal nº 2300/86;

XVII - Propor a forma de alienação de bens ao Conselho de Administração;

XVIII - Estabelecer o quadro de pessoal necessário e a sua lotação;

XIX - Apreciar qualquer assunto de interesse da Companhia que tenha sido submetido pelo Diretor Presidente;

XX - Propor a criação, extinção ou transformação dos setores técnicos ou administrativos necessários ao bom funcionamento da Companhia e a respectiva organização interna, para apreciação do Conselho de Administração;

XXI - Sugerir, motivadamente, as alterações do Estatuto ao Conselho de Administração da Companhia;

XXII - Aprovar as tabelas de preços dos serviços especiais e a venda de materiais e produtos recuperados ou processados a partir do lixo recolhido;

XXIII - Autorizar as importâncias que poderão ser gastas pelos diversos setores da Companhia para atender despesas urgentes e imprevisíveis;

XXIV - Submeter ao Conselho de Administração a proposta de Regimento Interno da Companhia para sua aprovação;

XXV - Elaborar seu Regimento Interno;

XXVI - Lavrar as atas de suas reuniões.

Art. 38 - Compete ao Diretor Presidente:

I - Orientar, administrar, supervisionar e fiscalizar as atividades da Companhia, tendo em vista os objetivos fixados e a programação e investimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração;

II - Coordenar os trabalhos dos diferentes órgãos da Companhia zelando pelo fiel cumprimento das atividades dos Diretores e demais

titulares de cargos e funções de confiança;

III - Representar a Companhia, ativa e passivamente, em todas as relações administrativas, judiciais e extrajudiciais;

IV - Outorgar, em conjunto com outro Diretor, os poderes da cláusula "ad judicium" e os especiais necessários à defesa dos interesses sociais, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, entidades de direito público e de direito privado, especificando o respectivo prazo de duração nos mandatos extrajudiciais;

V - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

VI - Observar e fazer cumprir o Estatuto Social, a legislação pertinente, as deliberações das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;

VII - Instalar e presidir as Assembléias Gerais;

VIII - Atribuir aos Diretores, pela experiência técnica e administrativa de cada um, as áreas de atividades de seus cargos e atribuições definidas na estrutura organizacional;

IX - Atribuir aos Diretores encargos ou funções não previstas neste Estatuto, podendo delegar competências ou atribuições que julgar convenientes;

X - Baixar atos que consubstanciem as deliberações da Diretoria;

XI - Decidir sobre a admissão e dispensa de empregados, podendo delegar tais poderes;

XII - Requisitar servidores da Administração, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

XIII - Submeter ao Conselho de Administração, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício de cada ano, o relatório anual da diretoria, os balanços patrimonial e financeiro, o demonstrativo de lucros e perdas, e o parecer do Conselho Fiscal;

XIV - Fazer publicar o relatório anual da Diretoria;

XV - Praticar atos de urgência "ad referendum" da Diretoria, justificados na primeira reunião a seguir;

XVI - Assinar, em conjunto, com o Diretor Financeiro

a) A emissão, o aceite, o aval, ou o endosso de títulos cambiais de qualquer natureza;

b) Os documentos relativos a abertura e movimen
to de recursos ou contas bancárias;

c) Os contratos ou documentos que criem obriga
ções financeiras para a Companhia;

d) Os instrumentos ou atos de alienação de bens
de imóveis da companhia, ressalvado o disposto neste Estatuto e na
legislação em vigor;

XVII - Ordenar as despesas da Companhia;

Art. 39 - Ao Diretor de Operações, incumbido da
planejamento, coordenação, execução e controle das atividades técni
cas da Companhia, compete:

I - Dirigir e supervisionar as atividades de ela
boração estudos, projetos e execução das atividades e serviços previs
tos nos objetivos da Companhia, em coordenação com as unidades de sua
estrutura organizacional;

II - Propor à Diretoria a admissão e dispensa de
funcionários dentro de suas atividades;

III - Representar a Companhia, em conjunto com Di
reitor Presidente, nos assuntos de sua área específica;

IV - Substituir o Diretor Presidente nos seus im
pontos eventuais, na forma estabelecida no artigo 32, II, do pre
sente Estatuto;

V - Exercer demais encargos e funções que lhe fo
rem atribuídos pelo Regimento Interno ou pelo Diretor Presidente.

Art. 40 - Ao Diretor de serviços Especiais, incum
bido da normatização, coordenação, execução e controle das atividades
especiais da Companhia, compete:

I - Dirigir, supervisionar, as atividades de ela
boração estudos, projetos, execução e controle dos serviços especia
is entre eles:

a) Operação do aterro sanitário;

b) Recuperação e industrialização de todo resi
duo sólido e seus derivados;

c) Outros serviços especiais.

II - Propor à Diretoria a admissão e dispensa de
funcionários dentro de suas atividades;

III - Representar a Companhia, em conjunto com o Di
r. Presidente, nos assuntos de sua área específica;

IV - Exercer demais encargos e funções que lhe fo
atribuídos pelo Regimento Interno ou pelo Diretor Presidente;

V - Desempenhar as funções que lhe são atribuídas
colaboração com o Diretor de Operações.

Art. 41 - Ao Diretor Administrativo, incumbido da
atização, coordenação, execução e controle das atividades de admi
tração em geral da Companhia, compete:

I - Planejar, coordenar e controlar as atividades
rais de apoio administrativo que envolvam admissão de pessoal, de ma
ial, do patrimônio, de comunicações, documentações e serviços gera

II - Propor à Diretoria a admissão e dispensa de em
gados dentro de sua área de atividades;

III - Representar a Companhia, em conjunto com o Di
tor Presidente, na sua área de competência;

IV - Substituir o Diretor Presidente nos seus impe
antos eventuais, na forma estabelecida no artigo 32, II, do presen
Estatuto;

V - Exercer demais encargos e funções que lhe fo
atribuídas pelo Regimento Interno ou pelo Diretor Presidente.

Art. 42 - Ao Diretor Financeiro, incumbido da nor
zação, coordenação, execução e controle da Companhia, entre outras
tribuições, compete:

I - Planejar, coordenar e controlar as atividades,
ômicas e financeiras da Companhia;

II - Planejar, coordenar e controlar os recursos or
entários, extra-orçamentários e financeiros da Companhia;

III - Representar a Companhia, em conjunto com o Di
tor Presidente, na sua área de competência, ressalvando-se, o dispos
do artigo 38, XVI, do presente Estatuto;

IV - Planejar, coordenar e controlar as atividades
administração financeira em conjunto com as unidades da sua estrutu
organizacional;

V - Exercer demais encargos e funções que lhe fo
atribuídas pelo Regimento Interno ou pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 43 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e i número de suplentes, acionistas ou não, eleitos, pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

Art. 44 - Na constituição do Conselho Fiscal serão observadas as seguintes exigências:

I - A função de membro do Conselho Fiscal é indele

II - Os membros do Conselho Fiscal terão que ser di gradados em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de Administrador de Empresa ou Conselheiro Fiscal.

Art. 45 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior a 1/10 (um décimo) que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada a participação de lucros.

Art. 46 - Compete ao Conselho Fiscal da Companhia:

I - Fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - Opinar sobre o relatório anual dos Administradores, fazendo constar do seu parecer as informações complementares julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III - Opinar sobre as propostas dos órgãos de Administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativos à modificação do Capital Social, a emissão de debêntures e bônus de subscrição, atos de investimentos ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - Denunciar aos órgãos da Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes descobrirem e surgir providências úteis a Companhia;

V - Convocar a Assembleia Geral Ordinária se os órgãos da Administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação

Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembléias Gerais as matérias que considerarem necessárias;

VI - Analisar, ao menos bimestralmente, o balancete e as demonstrações financeiras elaboradas, periodicamente, pela Companhia;

VII - Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 47 - O Conselho Consultivo é órgão de orientação colegiada, sem poder deliberativo, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 20 (vinte) membros, indicados pela Diretoria e nomeados pelo Conselho Administrativo da Companhia.

§ 1º - Os membros do Conselho Consultivo terão mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

§ 2º - Os membros do Conselho Consultivo escolhem, entre seus pares, o Presidente e o Vice Presidente do Conselho.

§ 3º - Em caso de vacância de cargo de qualquer membro do Conselho Consultivo, dar-se-á sua substituição por outro membro do Conselho Consultivo, indicado pelos seus pares.

§ 4º - Quando por vacância de cargo, ou cargos, a composição do Conselho Consultivo for inferior à 3 (três) membros, a Diretoria indicará o novo membro que completará o mandato do substituído.

Art. 48 - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente trimestralmente, e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia.

§ 1º - O "quorum" mínimo para a instalação e decisão das reuniões do Conselho Consultivo será de três (três) membros.

§ 2º - As decisões do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes nas reuniões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 49 - Os membros do Conselho Consultivo não se remunerados.

Resultado:

Art. 50 - Compete ao Conselho Consultivo, sempre que

I - Opinar sobre a orientação dos negócios da Compa

II - Opinar sobre a modificação dos objetivos socia

III - Opinar sobre a política da Companhia junto a co

IV - Elaborar o seu Regimento Interno;

V - Lavrar as atas de sua reuniões.

CAPÍTULO X

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 51 - O exercício social coincidirá com o exer
cio civil, processando-se nos termos da lei ao final de cada exercí
cio, o balanço geral para apuração de lucros e perdas.

§ 1º - Do lucro líquido, feitas as provisões finan
ceiras para despesas administrativas e de capital deduzir-se-ão:

I - 5% (cinco por cento) para a constituição do Fun
do de Reserva Legal, até que alcance o valor correspondente a 20% (vin
te por cento) do Capital Social, a fim de assegurar sua integridade;

II - Valor para a constituição do Fundo do Manuten
do do Capital de Giro, de acordo com a legislação em vigor;

III - Valores a serem fixados pela Assembléia Geral
para constituição de outras reservas que a lei autorizar;

IV - 10% (dez por cento) para distribuição do divi
dendo obrigatório;

§ 2º - Havendo saldo após as deduções referidas no
parágrafo anterior, caberá à Assembléia Geral autorizar sua destinação.

Art. 52 - A prestação de contas da Diretoria, com
o parecer do Conselho de Administração, deverá ser submetida à Assemblé
ia Geral, e conterá:

I - Balanço Patrimonial;

II - Demonstração de Lucros e Perdas;

III - Balanço Financeiro;

IV - Demonstrativo de Execução Orçamentária.

Parágrafo Único - Após sua aprovação pela Assembléia, a prestação de contas da Companhia será enviada ao Chefe do Executivo do Município de Niterói, para ciência, encaminhando-se aos órgãos fiscalizadores previstos em lei.

Art. 53 - O exercício social e financeiro da Companhia será iniciado na data da publicação dos atos de sua constituição.

CAPÍTULO XI
DOS RECURSOS DA COMPANHIA

Art. 54 - Os recursos com os quais a Companhia conta para realização do seu objetivo social, além dos já previstos, são:

I - A receita proveniente das subvenções e dotações orçamentárias em função da permanente coleta, transporte e disposição final do lixo residencial, comercial e industrial, conforme o disposto na legislação municipal vigente;

II - A receita proveniente da coleta de lixo nos estabelecimentos comerciais, industriais e residência unifamíliares e multifamíliares, cuja produção diária ultrapasse o limite estabelecido na legislação municipal;

III - A receita proveniente das subvenções e dotações orçamentárias em função da prestação de serviços de limpeza de logradouros públicos;

IV - A receita proveniente da prestação de outros serviços ligados à atividade da Companhia e prestados a particulares ou órgãos públicos;

V - A receita proveniente de multas;

VI - A receita proveniente de alugueres, permissões e concessões;

VII - O Produto das operações de créditos e financeiros;

VIII - A receita proveniente da venda de materiais e produtos recuperados ou processados a partir do lixo;

IX - O produto da alienação de bens imóveis, máquinas e materiais inservíveis ou obsoletos;

X - As indenizações e restituições devidas a Companhia;

XI - Auxílios, doações e subvenções decorrentes de ações Federais, Estaduais ou Municipais.

XII - Auxílios, doações e legados de qualquer natureza

CAPÍTULO XII DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 55 - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação até sua extinção nos casos legalmente estabelecidos.

Parágrafo Único - Compete a Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal devam funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhe os respectivos honorários.

Art. 56 - No caso de extinção da Companhia, os bens móveis e imóveis integrantes do seu patrimônio, reverterão ao do Município de Niterói, após o pagamento das dívidas e a realização do resgate do valor das ações de seu capital.

CAPÍTULO XIII DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 57 - A Companhia terá quadro próprio de pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, com remuneração compatível com os cargos, funções, condições do serviço e do mercado de trabalho de Niterói.

Art. 58 - A Companhia poderá utilizar, para o desempenho de suas atividades, funcionários e servidores colocados à sua disposição, pelo acréscimo correspondente ao nível salarial do cargo ou função que estiverem ocupando.

§ 1º - Os servidores públicos colocados à disposição da Companhia deverão declarar, expressa e previamente, sua anuência ao horário de trabalho e as normas internas da Companhia, inclusive salariais.

§ 2º - Aos empregados da Companhia aplicam-se as disposições disciplinares do Regulamento de Pessoal da Companhia subsidiariamente às normas legais.

Art. 59 - Independente do quadro fixo de Pessoal, a Companhia poderá contratar pessoa física ou jurídica para prestação de serviços técnicos.

Art. 60 - A Companhia poderá promover, inclusive

ante convênios, cursos de seleção e formação profissional do pes
necessário aos seus serviços, possibilitando o estágio de técni
em outros centros de igual ou maior desenvolvimento.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61 - As compras, obras e serviços realizados
Companhia serão regidas pelas regras estabelecidas pelo Conselho
Administração, observando-se os princípios e institutos legais a
áveis.

Art. 62 - É vedado a Companhia conceder fiança a
ceiros, sob qualquer modalidade, em negócios estranhos às suas ati
dades, bem como realizar contribuições ou conceder auxílios não con
nados em seu orçamento.

Art. 63 - A Diretoria da Companhia elaborará, no
zo de 60 (sessenta) dias após a sua investitura, o anteprojeto de
mento Interno a ser submetido a aprovação do Conselho de Adminis
ção.

Art. 64 - Os empregados da Companhia serão repre
tados, na proporção de 1/3 (um terço) nos Conselhos de Administra
e Fiscal observada a legislação em vigor a respeito.

Art. 65 - A Companhia passará a funcionar a par
da data da publicação de seus atos constitutivos, e todos os ca
omissos e não previstos neste Estatuto, serão resolvidos de con
tidade com a Lei 6404 de 15.12.76 e pelas demais disposições le
vigentes.



PUBLICADO

24. novembro 1989
G. Oliveira

DECRETO 5757

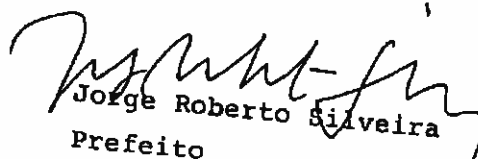
DE 23 de NOVEMBRO DE 1989.


O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, de acordo com a autorização do artigo 2º da Lei 744, de 29 de junho de 1989,

DECRETA:

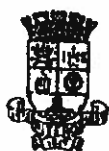
Art.1º - Os bens móveis e imóveis de propriedade deste Município indicados como parte do capital inicial da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói- CLIN, são os constantes da relação anexa, os quais serão desafetados do Departamento de Limpeza Pública, do Gabinete do Prefeito, quando integralizada a capitalização.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Jorge Roberto Silveira
Prefeito


Hamilton Pitanga
Chefe de Gabinete do Prefeito
Respondendo pelo expediente da SMG

/ANCR.



PUBLICADO

24. novembro 1979
M. L. S.

ANEXO AO DECRETO 5757

BENS MÓVEIS

I - VEÍCULOS

01 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0117, No.CD-03
02 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0116, No.CD-04
03 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0114, No.CD-05
04 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0112, No.CD-06
05 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0096, No.CD-08
06 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0111, No.CD-09
07 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0134, No.CD-14
08 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0123, No.PC-04
09 - Caminhão poli-guindaste	MB,placa AS0094, No.CE-03
10 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0095, No.CD-07
11 - Caminhão coletor compactador	MB,placa AS0124, No.CD-10
12 - Caminhão basculante	VW,placa AS2427, No. 84
13 - Caminhão basculante	VW,placa AS2430, No. 88
14 - Caminhão basculante	VW,placa AS2431, No. 90
15 - Caminhão basculante	VW,placa AS2433, No. 95
16 - Caminhão basculante	VW,placa AS2436, No. 99
17 - Caminhão (só chassis)	MB,placa AR9996, No. 62
18 - Caminhão poli-guindaste	MB,placa AR9975, No. 57
19 - Caminhão poli-guindaste	MB,placa AR7403, No. 56
20 - Caminhão poli-guindaste	MB,placa AS0087, No. 107
21 - Caminhão poli-guindaste	MB,placa AR9994, No. 68
22 - Caminhão poli-guindaste	MB,placa AS0056, No. 50
23 - Caminhão poli-guindaste	MB,placa AS0132, No.CD-13
24 - Pick-up (Kombi cliper)	VW,placa AS2401, No. 53
25 - Pick-up (Kombi cliper)	VW,placa AS0067, No. 96
26 - Pick-up (Kombi cliper)	VW,placa AS2419, No. 74
27 - Pick-up (Kombi cliper)	VW,placa AS2440, No. 111
28 - Automôvel Gol	VW,placa AS2442, No. 105
29 - Caminhão pipa	MB,placa AS1485, No. 164
30 - Caminhão pipa	MB,placa AR9998, No. 39
31 - Caminhão varredeira	MB,placa AS0125, No. V-01

P.



PUBLICADO

Em 24 de novembro de 1969
C. R. Oliveira

ANEXO AO DECRETO 5757

II - MÁQUINAS PESADAS

- 01 - Trator de esteira KOMATSU D-65A, série B1455, No.T-01
- 02 - Pa' carregadeira MICHIGAN 55, série 4219A567, No.P-02
- 03 - Pa' carregadeira MICHIGAN 75 III, série 4100C242BRC
- 04 - Pa' carregadeira YALE TROJAN 1900B, série 165, No.P-30
- 05 - Pa' carregadeira CLARK BOB-CAT 711, série 4991A1409, No.P-04
- 06 - Trator de esteira KOMATSU D-65A, série B1452, No.T-02
- 07 - Pa' carregadeira MICHIGAN 55, série 4219A55YBRC, No.P-01
- 08 - Pa' carregadeira CLARK BOB-CAT 711, série 4991A1410, No.P-03
- 09 - Retro escavadeira CASE 580H, série 6930894, No. R-38

III - Todos os móveis, utensílios e ferramentas vinculados ao Departamento de Limpeza Pública.

BENS IMÓVEIS

- I - Imóvel situado à Av. Presidente Franklin Roosevelt, 02 - São Francisco, conforme escritura lavrada no Cartório do 4º Ofício, livro 201, fls. 31v.
- II - Imóvel constituído pela área "A.2", situado no Morro do Céu, Caramujo, conforme escritura pública de desapropriação, por composição amigável, lavrada no Cartório do 11º Ofício livro 109, fls. 111v. à 113.

7.